



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS SÃO VICENTE
CENTRO DE REFERÊNCIA DE JACIARA



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA

EIXO TECNOLÓGICO: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL

MODALIDADE: PRESENCIAL

FORMA: SUBSEQUENTE

2019



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Abraham Weintraub

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Ariosto Antunes Culau

Reitor do Instituto Federal de Mato Grosso

Willian Silva de Paula

Pró-Reitora de Administração e Planejamento

Túlio Marcel Rufino Vasconcelos de Figueiredo

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

João Germano Rosinke

Pró-Reitor de Ensino

Carlos André de Oliveira Câmara

Pró-Reitor de Extensão

Marcus Vinicius Taques Arruda

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Wander Miguel de Barros

Diretora do Ensino Médio da Pró-Reitoria de Ensino

Maria Anunciata Fernandes



Diretor-Geral do *Campus* São Vicente

Lívio dos Santos Vogel

Diretora de Ensino

Gislene Cardoso de Souza

Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão de Jaciara

Kayena Delaix Zaqueo

Comissões de Elaboração do PPC

Portaria nº 022 de 02 de fevereiro de 2018

Leone Covari – Presidente

José Roberto Lopes

Fernando Henrique Cardoso

Gilson Soares de Araújo

José Márcio Nerone Leite

Gabriel Antônio Ogaya Joerke

Portaria nº 098, de 09 de maio de 2019

Leone Covari – Presidente

Daniela Fernandes da Silva

Gilson Soares de Araújo

José Roberto Lopes

Kayena Delaix Zaqueo Queiroz



SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	7
1.1	Identificação do curso.....	7
1.2	Características do curso.....	7
2.	PERFIL INSTITUCIONAL.....	9
2.1	Histórico.....	9
2.2	Missão do IFMT.....	10
3.	CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS SÃO VICENTE.....	10
3.1	Histórico do campus São Vicente.....	11
3.2	Perfil do campus São Vicente.....	13
3.3	Áreas de atuação do campus São Vicente.....	14
3.4	Inserção regional.....	15
3.5	Princípios.....	16
3.6	Finalidades.....	16
4.	JUSTIFICATIVA.....	16
5.	OBJETIVOS.....	18
5.1	Objetivo Geral.....	18
5.2	Objetivos Específicos.....	18
6.	DIRETRIZES.....	18
7.	REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO.....	20
8.	PÚBLICO-ALVO.....	20
9.	INSCRIÇÃO.....	21
10.	MATRÍCULA.....	22
10.1	Rematrícula.....	23
10.2	Trancamento, Cancelamento e Desligamento de Matrícula.....	23
10.3	Transferência.....	23
11.	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	24
11.1	Habilidades e Competências.....	24
12.	ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	26
13.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	26
13.1	Eixo Profissionalizante.....	27
13.2	Língua Brasileira de Sinais.....	28



13.3	Educação étnico-racial.....	28
13.4	Educação Ambiental.....	29
13.5	Educação em Direitos Humanos.....	29
13.6	Indicadores da Matriz Curricular.....	29
14.	MATRIZ CURRICULAR.....	31
15.	FLUXOGRAMA.....	32
16.	DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	34
16.1	Lista de Componentes Curriculares do Primeiro Semestre.....	34
16.2	Lista de Componentes Curriculares do Segundo Semestre.....	38
16.3	Lista de Componentes Curriculares do Terceiro Semestre.....	42
17.	ESTÁGIO NÃO-OBIGATÓRIO.....	47
18.	METODOLOGIA.....	47
19.	AVALIAÇÃO.....	51
19.1	Da Avaliação das Práticas Profissionais Integradas.....	53
19.2	Da Revisão de Avaliação.....	54
19.3	Da Avaliação em Segunda Chamada.....	54
19.4	Da Recuperação.....	55
19.5	Da Prova Final.....	55
19.6	Da Frequência e do Registro.....	56
20.	APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	56
21.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE CURSO.....	56
22.	PLANO DE MELHORIA DO CURSO.....	56
22.1	Parceria com Instituições Públicas e Privadas e Empresas do Setor.....	57
22.2	Ampliação da infra-estrutura local.....	58
23.	ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	59
23.1	Programa de Assistência Estudantil.....	59
23.2	Orientação Educacional.....	60
23.3	NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.....	61
23.4	Atividades de Nivelamento.....	62
24.	POLÍTICAS DE CONTROLE DE EVASÃO.....	63
25.	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	64
26.	QUADRO DE SERVIDORES.....	65



27.	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	67
27.1	Recursos Tecnológicos e de áudio-visual.....	67
27.2	Sala de Reuniões.....	68
27.3	Setor de Registro Escolar.....	68
27.4	Outros Ambientes.....	68
27.5	Laboratórios Didáticos.....	71
28.	BIBLIOTECA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE JACIARA.....	71
29.	BIBLIOTECA CENTRAL DO CAMPUS SÃO VICENTE.....	72
30.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
	ANEXO I – Ficha de Controle de Frequência.....	76
	ANEXO II – Regimento Interno Unificado de Colegiado de Cursos Técnicos de Nível Médio.....	77
	ANEXO III – Termo de Convênio.....	86



1. APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Ludoteca, Subsequente ao Nível Médio, consoante ao eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (Resolução CNE/CEB nº 1/2014) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 6/2012), contextualiza e define as diretrizes pedagógicas para o Curso Técnico em Ludoteca do Instituto Federal de Mato Grosso *Campus* São Vicente – Centro de Referência de Jaciara, destinado a quem tenha concluído o ensino médio. A proposta curricular tem como bases norteadoras a Lei nº 9.394/96, atualizada pela Lei nº 11.741/08, bem como, resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do sistema educacional brasileiro e demais referenciais curriculares pertinentes a essa oferta educacional.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, *Campus* São Vicente, que ao longo de sua história tem dado sua parcela de contribuição, disponibilizando profissionais qualificados, de acordo com demandas do mundo do trabalho, propõe o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Ludoteca Subsequente no Centro de Referência de Jaciara, buscando proporcionar aos estudantes a formação profissional técnica de nível médio com forte embasamento teórico e prático, de acordo com a realidade de setores ligados ao atendimento pré-escolar, a fim de preparar profissionais criativos, competentes, éticos, críticos e solidários, firmados em três pilares de ação: Cuidar; Brincar; Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão. Este curso será ofertado a partir do ano letivo de 2020/1, serão oferecidas 35 vagas por ano de oferta em 2020 e 2021. A previsão no PDI (2019-2023), é de duas turmas no total, uma turma a cada ano de oferta do curso. Havendo demanda pela continuidade do curso, o termo de convênio (anexo III), poderá ser renovado.

1.1 Identificação do Curso

NOME DO CURSO: Ludoteca
EIXO TECNOLÓGICO: Desenvolvimento Educacional e Social
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso <i>Campus</i> : São Vicente – Centro de Referência de Jaciara
ENDEREÇO: Rua Jurucê, s/n – Centro. Jaciara – MT
TELEFONE: (65) 3341 – 2185

1.2 Características do Curso

CLASSIFICAÇÃO: Curso Técnico Subsequente ao Nível Médio	
MODALIDADE: Presencial	
PERÍODO DO CURSO: Diurno, com aulas no noturno	EIXO TECNOLÓGICO: Desenvolvimento Educacional e Social
INÍCIO: 2020/1	
HORÁRIOS DO CURSO: Noturno (sexta-feira) - 18h00min às 22h40min, com intervalo de 15 minutos. Matutino (sábado) - 07h20min às 12h00min com intervalo de 15 minutos.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS SÃO VICENTE
CENTRO DE REFERÊNCIA DE JACIARA



Vespertino (sábado) - 13h00min às 18h45min, com intervalo de 15 minutos.	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 816 horas	NÚMERO DE VAGAS PARA INGRESSO ANUAL: 35 vagas
INTEGRALIZAÇÃO:	Mínimo em 03 (três) semestres e máximo em 05 semestres
ESTÁGIO	NÃO-OBRIGATÓRIO (120 horas)



2. PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso constitui-se em uma autarquia instituída pelo Governo Federal por meio da Lei nº 11.892/2008, oriunda dos antigos CEFET Cuiabá, Mato Grosso e Escola Agrotécnica de Cáceres. Atualmente possui 14 *campi* em funcionamento: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, São Vicente, Sorriso, Rondonópolis e Várzea Grande. Existem ainda os campi Avançado de Tangará da Serra, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Sinop e Guarantã do Norte. Possui também, Centro de Referência de Jaciara e Centro de Referência de Campo Verde, vinculados ao campus São Vicente; Centro de Referência de Canarana vinculado ao campus Barra do Garças; Centro de Referência do Pantanal, vinculado ao campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva e Centro de Referência de Paranaíta, vinculado ao campus Alta Floresta.

Atendendo à legislação e a demanda social e econômica, o IFMT tem focado sua atuação na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, conforme estabelecido no artigo 6º da Lei de criação dos IFs:

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Desde sua criação, a instituição iniciou um processo de expansão que atualmente oferta ensino, pesquisa e extensão a mais de 20.000 alunos de cursos presenciais em todas as regiões do Estado de Mato Grosso.

O IFMT está presente em 25 municípios do Estado de Mato Grosso. Conforme consta no (PDI 2019-2023), a instituição possui cerca de 25 mil alunos em mais de 100 cursos: superior (bacharelado, licenciatura e tecnologias), pós-graduação (especializações e mestrados), técnico (integrado, subsequente, concomitante e Proeja), educação a distância (UAB e Profuncionário), e cursos de curta duração, como o FIC (Formação Inicial e Continuada).

O IFMT é a principal instituição de educação profissional e tecnológica do Estado de Mato Grosso, ofertando ensino em todos os níveis de formação, além de promover a pesquisa e a extensão.

2.1 Histórico

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres e de suas respectivas unidades de ensino descentralizadas (Campo Novo do Parecis, Bela Vista e Pontes e Lacerda), transformados em *Campi* do Instituto.

Além da integração dessas instituições, foram implementados nos primeiros anos de vida do IFMT, mais quatro *Campi*, sendo eles nos Municípios de Barra do Garças, Confresa, Juína e



Rondonópolis, e uma unidade avançada, no Município de Sorriso. Posteriormente foram criados os *Campi* Várzea Grande, Alta Floresta, Tangará da Serra e Diamantino. Todos os *Campi* atingiram de forma abrangente os setores relacionados ao desenvolvimento socioeconômico dos segmentos: agrário, industrial, serviços e tecnológico, de forma a ofertar cursos de acordo com as necessidades educacionais, culturais, sociais e dos arranjos produtivos de todo o estado, privilegiar os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável e promover a cultura do empreendedorismo e associativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda.

2.2 Missão do IFMT

“Educar para vida e para o trabalho.”

Visão

"Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão."

Valores

Ética

Inovação

Legalidade

Transparência

Sustentabilidade

Profissionalismo

Comprometimento

Respeito ao cidadão

3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS SÃO VICENTE

Nome do <i>Campus</i> : São Vicente
Data da Criação do <i>Campus</i> : 14 de abril de 1943
Decreto de Criação: 5.409 de 14 de abril de 1943
Endereço: Rod. BR 364 – km 329, S/N, Cuiabá – MT, CEP: 78106-000
Telefone (central PABX): (65) 3341-2100
Site: www.svc.ifmt.edu.br
E-mail: gabinete@svc.ifmt.edu.br
Endereço para correspondências do <i>Campus</i> São Vicente
Avenida Nestor de Lara Pinto, nº 183 Caixa Postal: 3108; Agência Coxipó da Ponte; Bairro:



Jardim das Palmeiras – Cuiabá/MT; CEP: 78.080-970.

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Campus: São Vicente

Centro de Referência de Jaciara

TELEFONE: (65) 3341 – 2185 (Centro de Referência de Jaciara)

3.1 Histórico do *Campus* São Vicente

A origem e história dos IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia compõem o processo de transformação socioeconômico e cultural do país, desde o início do século passado, mais precisamente desde 23 de setembro de 1909, quando o Governo Federal criou por meio do Decreto nº 7.566, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituindo um conjunto de “Escolas de Aprendizes e Artífices”, destinadas ao ensino profissional primário e gratuito com o intuito de prover as necessidades e diminuir as desigualdades sofridas pelos – segundo o então presidente – “desfavorecidos de fortuna”.

Essas escolas tinham na sua nova proposta de ensino o germe do ensino profissionalizante no país, pois propunham que os estudantes formados pela instituição além de alfabetizados e introduzidos nos louros do conhecimento científico, pudessem ao deixar a escola, exercer profissionalmente funções antes banalizadas, mas de extrema importância social que faziam parte do cotidiano dos estudantes e da comunidade que compunham, qualificando e valorizando as riquezas e potenciais regionais.

Ainda na primeira metade do século XX, dentro da perspectiva de Escolas de Aprendizes e Artífices, sendo reconhecidamente a agricultura e suas vertentes a vocação regional de Mato Grosso, bem como a realidade econômica produtiva que se apresentava, foi instituída oficialmente pelo Decreto nº 5.409 do dia 14 de abril de 1943 o “Aprendizado Agrícola de Mato Grosso” com capacidade para 200 alunos de nível primário, localizado na Serra de São Vicente, em Santo Antônio do Rio Abaixo, atualmente área pertencente ao Município de Cuiabá – MT.

No ano seguinte, em 12 de maio de 1944, a instituição ganha nova nomenclatura: “Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra”, sem alteração de sua atividade-fim que era de educar e oferecer o curso profissionalizante de nível primário à comunidade em torno e demais estudantes que migravam para a localidade buscando agregar e aprimorar o conhecimento prático à teoria e qualificação profissional. A instituição passa a ser referência de formação agrícola promovendo maior inclusão social e crescimento econômico local, fornecendo mão de obra qualificada às empresas incipientes no Estado.

Duas outras mudanças de nomenclatura compõem o histórico da instituição: de “Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra” para “Escola de Iniciação Agrícola Gustavo Dutra” em 22 de janeiro de 1947 e posteriormente em 05 de novembro de 1956 para “Escola Agrícola



Gustavo Dutra” mantendo sempre suas características e o sucesso das atividades educacionais, integrando e promovendo o crescimento de toda a rede de ensino profissionalizante do país. O reconhecimento social e procura popular pelos cursos profissionalizantes aumentavam de acordo com o desenvolvimento econômico da nação e a demanda de mão de obra qualificada em todos os setores econômicos, em especial da agricultura no estado de Mato Grosso.

Uma nova etapa desse processo deu-se no dia 13 de fevereiro de 1964, quando o ano letivo começava com duas novidades para a comunidade estudantil e demais interessados em ampliar e dar sequência à formação acadêmica profissional. O agora “Ginásio Agrícola Gustavo Dutra” oferecia na sua grade curricular o nível médio de ensino, o então ginásial e até pouco tempo 2º grau e no exercício da democracia, recebia de portas abertas o ingresso da primeira geração, de tantas outras, do gênero feminino, que matriculou-se em cursos e instituições antes frequentadas e dominadas apenas por homens. Novos alunos, novas perspectivas e consequentemente novos resultados qualitativos e quantitativos, somado ao ininterrupto crescimento de toda a rede de Ensino Profissional Federal, permitiu-nos galgar e alcançar no dia 13 de março de 1978 o oferecimento do curso Técnico em Agropecuária Subsequente, transformando novamente a realidade social da região, atraindo ainda mais estudantes e famílias de todo o Estado do Mato Grosso e regiões vizinhas, que somado aos já moradores, internos e funcionários da escola, compuseram a comunidade e mesmo a Vila de São Vicente.

Mediante a realidade e constante expansão dos serviços oferecidos pelo “Ginásio Agrícola Gustavo Dutra”, as adequações eram inevitáveis e novamente a nomenclatura foi modificada. No dia 04 de setembro de 1979 a instituição passou a chamar-se “Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá-MT”, nome que divide mérito com “Escola Agrícola”, pois permanece forte no imaginário e memória coletiva da sociedade mato-grossense que se remete e identifica-se com o sucesso e prestígio conquistado pela instituição no período e decorrer de sua trajetória.

Outra etapa que demarca grandes mudanças institucionais e dá continuidade ao processo de expansão, inclusão e transformação social foi o advento no ano de 2000 do curso de nível superior de Tecnologia de Alimentos. Dentro dessa nova perspectiva no espaço de dois anos precisamente, em 16 de agosto de 2002, por decreto do Governo Federal, a Escola Agrícola adquiriu o status de autarquia institucional autônoma, o que na prática representa uma revolução irreversível na estrutura organizacional, administrativa e gerencial, permitindo que o agora CEFET CUIABÁ – Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá passasse a oferecer cursos de todos os níveis e modalidades. A nova estrutura institucional trazia consigo ainda mais novidades e perspectivas de crescimento, promovendo um positivo ciclo de desafios e transformações.

O CEFET CUIABÁ, bem como toda a sua história, marcou e inseriu-se na identidade de diversas gerações que carregam o orgulho de ter participado da construção da renomada instituição educacional, centro de referência em educação e inclusão profissional e social do Estado, que com o Governo Federal, promove e implementa cursos que visam atender principalmente o núcleo excluído e carente de oportunidades da sociedade, mantendo o caráter inicial e norteador das primeiras escolas técnicas, oferecendo educação pública de qualidade. A exemplo do PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos lançado pelo Governo e



implementado no CEFET em 2007, com turmas presenciais e semipresenciais, permitindo que “pequenos agricultores” e suas famílias, pudessem retomar o estudo formal sem abandonar o campo, a terra e o trabalho que lhes garante a qualidade de vida e dignidade merecida por quem sustenta a nação com o suor de seu labor.

A partir de 29/12/2008, O CEFET CUIABÁ passa a integrar o IFMT, tendo recebido em 07/01/2009 a denominação de *Campus* São Vicente, ampliando o ensino agropecuário oferecido até então na Serra de São Vicente (Técnico em Agropecuária e Curso Superior de Bacharel em Zootecnia) e abrindo dois Centros de Referência, um no Município de Campo Verde em 2007, onde ofertou cursos Superiores de Tecnologia em Alimentos, de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Bacharel em Agronomia.

Entre 2008 e 2010 protagonizou com grande esforço a implantação dos *Campi* de Campo Novo dos Parecis, de Juína e de Confresa, assumidos posteriormente pela Reitoria do Instituto Federal.

O mais novo Centro de Referência se firma no Município de Jaciara em 2010, onde oferta desde 2010 o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, e, a partir de 2017, a Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia, o Curso Técnico em Meio Ambiente e a Especialização *lato sensu* em Ensino de Ciências.

Ainda no período de 2014 a 2016, em Jaciara, houve oferta dos Cursos Técnicos de Secretariado e de Logística, na forma Subsequente, pelo PRONATEC.

Os dois Centros de Referências tiveram seu início de atividades em parcerias com as respectivas prefeituras e com o Ministério da Educação.

Sempre pioneira, atenta às possibilidades e oportunidades da realidade e conjuntura nacional, a instituição, ao longo dos anos, participou e contribuiu com as discussões e mesmo composição do quadro de gestores e servidores que promovem e implementam a atual e possivelmente a maior expansão e transformação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica equiparando estes institutos para atuarem como Universidades, preparando e qualificando profissionais de todos os níveis e modalidade, expandindo e abrindo *Campi*, onde houver demanda social e econômica, respeitando as vocações, especificidades e culturas regionais, promovendo inclusão, transformação, por meio da difusão de saberes, de conhecimento e da prática humana de educar e produzir cultura. Esta é a realidade que integra o IF – *Campus* São Vicente e os Centros de Referência de Campo Verde e de Jaciara, desde o século passado, até os presentes dias do século XXI.

3.2 Perfil do *Campus* São Vicente

O IFMT *Campus* São Vicente é uma escola rural, localizado na BR 364, no quilômetro 329, na Serra de São Vicente, município de Cuiabá. Essa rodovia é de fundamental importância para o escoamento da produção das regiões Norte e Centro-Oeste do país. A sede do *Campus* dista 85 km do município de Cuiabá, 56 km de Jaciara e 45 km de Campo Verde. Possui mais de 5.000 hectares de área total, sendo 2.500 hectares de área de proteção ambiental e tem 30.599 m² de área construída. Contém área agricultável e de pasto que servem para a produção e abastecimento do *Campus* bem como são unidades educativas de produção.



Por ser um instituto de educação que, desde a sua origem dedicou-se ao ensino agrícola, mantém esse perfil e oferece uma estrutura que possui, além das estruturas ligadas ao ensino, como salas de aula, laboratórios didáticos e área administrativa, uma estrutura de escola fazenda, gerenciada pelo Departamento de Produção que administra as unidades educativas de produção.

Dentre outras características mantém alojamentos (residência estudantil) feminino e masculino para alunos internos, gerenciado pelo Departamento de Assistência ao Discente e restaurante.

O IFMT *Campus* São Vicente enquanto instituição pública e gratuita voltada ao ensino agrícola forma técnicos, tecnólogos, bacharéis e licenciados para o mundo do trabalho com qualificação profissionalizante, atreladas as atividades de pesquisas e extensão.

3.3 Áreas de Atuação do *Campus* São Vicente

O *Campus* São Vicente seguindo anseios da comunidade local, o contexto regional e os objetivos do IFMT, optou por atuar prioritariamente nas áreas relacionadas ao agronegócio, à agricultura de precisão, à produção de grãos, à produção e industrialização de alimentos, à pecuária, à sustentabilidade ambiental, à formação de professores, entre outras áreas articuladas a partir de eixos tecnológicos que permitem a verticalização do ensino e a progressão gradativa dos estudantes passando por diferentes níveis da formação acadêmica sem precisar mudar de localidade ou de instituição.

Todas as áreas deverão estar atentas à preocupação com a conservação do meio ambiente e práticas econômicas sustentáveis, levando em consideração a demanda social por esta postura como a única aceitável frente a crescente degradação do planeta.

O *Campus* São Vicente oferta cursos de nível médio técnico e superior, além de desenvolver pesquisas e projetos de extensão em diversas áreas como: Avicultura, Suinocultura, Piscicultura, Apicultura, Bovinocultura, Olericultura, Culturas Anuais, Fruticultura, Gestão, Agroindústria, Agroecologia, Capacitação Digital (direcionados a alunos que não são da área de computação), Computação Embarcada, interação humano-computador e capacitação em áreas específicas da computação como Desenvolvimento, Análise de Sistemas e Banco de Dados (direcionados a alunos de cursos relacionados com a computação). Os cursos de Licenciatura em Ciências promovem a formação de professores de forma articulada com programas institucionais como o Programa de Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA/CAPES e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – PIBID/CAPES.

No IFMT *Campus* São Vicente atualmente são ofertados os seguintes cursos:

Cursos de Nível Médio Técnico:

- Técnico em Agropecuária Integrado ao Nível Médio, com duração de 3 anos, período integral, ministrado na sede do *Campus* São Vicente.
- Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Nível Médio, com duração de 3 anos, período vespertino, ministrado no Centro de Referência de Jaciara.



Cursos de Nível Superior:

- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas com duração de 6 (seis) semestres, período noturno, ministrado no Centro de Referência de Campo Verde – MT.
- Bacharelado em Agronomia com duração de 10 (dez) semestres, período noturno, ministrado no Centro de Referência de Campo Verde
- Bacharelado em Agronomia com duração de 10 (dez) semestres, período integral, ministrado no Centro de Referência de Campo Verde.
- Bacharelado em Zootecnia com duração de 10 (dez) semestres, período integral, ministrado na sede do *Campus* São Vicente.
- Licenciatura em Ciências da Natureza com duração de 7 (sete) semestres, período diurno e noturno, ministrado no Centro de Referência de Jaciara – MT. (Em processo de encerramento).
- Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia, com duração de 8 (oito) semestres, período noturno, ministrado no Centro de Referência de Jaciara – MT.

Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*:

- Especialização em Ensino de Ciências, ministrado no Centro de Referência de Jaciara – MT.

Além desta oferta presencial, professores Doutores do Centro de Referência de Jaciara participam como docentes e orientadores no Mestrado em Ensino de Ciências ofertado pelo IFMT em parceria com a Universidade de Cuiabá (UNIC).

3.4 Inserção regional

O advento da globalização vem acompanhado de transformações conceituais com precedentes superiores ao ocorrido no período pós-revolução industrial. A revolução científica e tecnológica em curso se traduz em novos cenários marcados por profunda reestruturação econômica onde o processo produtivo, a organização do trabalho, as relações sociais, o emprego e, conseqüentemente, as qualificações profissionais sofrem grandes mudanças.

A política educacional, nesse contexto, é vista como recurso fundamental para que nações, empresas e indivíduos possam fazer frente aos desafios do século XXI. Preparar indivíduos competentes não só visando a elevação da produtividade e competitividade, mas também a consolidação da democracia com maiores níveis de justiça social, o que parece ser, portanto, o grande desafio colocado para as instituições educativas.

Diante do quadro de mudanças, caracterizado pelas incertezas, instabilidade, mudanças nas relações de produção e proliferação dos conhecimentos, as instituições educativas têm como grande desafio recuperar a centralidade do saber, saber fazer e do saber ser (competências para a vida) com vistas a formar sujeitos competentes. Isto exige um reordenamento das instituições educativas para que estas possam responder aos desafios impostos, estabelecendo ou reformulando seus canais de comunicação com o mundo do trabalho.

Entendendo esse novo tempo, o *Campus* São Vicente inseriu em seu planejamento estratégico a necessidade de direcionar a sua ação buscando aumentar a oferta de vagas em



cursos de qualificação, de aperfeiçoamento e de requalificação profissional de trabalhadores, de cursos Técnicos e a responsabilidade de ofertar Cursos Superiores de Tecnologia, Bacharelado, Licenciatura e cursos de Especialização.

3.5 Princípios

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, os princípios que norteiam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em consonância com o Art. 3º da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Resolução CNE/CEB nº. 06/2012, de 20 de setembro de 2012, o Decreto nº. 5154 de 23 de julho de 2004 e o Parecer CNE/CEB nº 11/2012, são:

- I. Articulação da Educação Profissional Técnica com o Ensino Médio;
- II. Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III. Desenvolvimento de competências para a laboralidade;
- IV. Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V. Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI. Atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII. Autonomia da Instituição de Ensino em seu projeto pedagógico.

3.6 Finalidades

O IFMT *Campus* São Vicente tem como finalidade preparar e qualificar profissionais em diferentes níveis e modalidades de ensino respeitando as vocações, as especificidades e a cultura regional, promovendo a inclusão, a transformação, a satisfação através da difusão dos saberes, do conhecimento e da prática humana de educar e produzir cultura.

4. JUSTIFICATIVA

As demandas por capacitação devem acompanhar as mudanças e melhorias no mundo do trabalho, o trabalho em Ludotecas, ou ainda a expectativa de planejamento, montagem e manutenção de um serviço de atendimento à criança com uso de atividades lúdicas tem sido ação precípua do setor público em propostas solo ou em parcerias com o terceiro setor. Servidores públicos, voluntários e mesmo trabalhadores em empresas privadas já possuem, em sua maioria, ensino médio regular e, também, cursos superiores, conquistados por iniciativa própria e em áreas de interesse próprias. Tal capacitação apesar de contribuir para a melhoria da prestação do serviço ao público, em alguns ambientes ou situações não atendem às demandas existentes, como no caso de trabalhadores envolvidos no trato com crianças em creches, hospitais, Postos de Saúde da Família (PSFs), bibliotecas, Escolas, Associações Comunitárias, clínicas e instituições de longa permanência, Shoppings, Restaurantes, salas de apoio ao poder Judiciário, casas de festas e entidades confessionais.

Igualmente, o Plano de Carreira de muitos Servidores Públicos não recepciona formação diversa da atividade-fim exercida pelo Servidor no órgão em que está lotado, impedindo a



progressão na carreira.

Em Jaciara, o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP-MT) já a tempo vem buscando junto ao poder executivo, alternativas para superação desta distorção.

Tal conjunto histórico aliado à vontade política de vencer tais obstáculos culminou na busca por soluções via parcerias, encontrando no Instituto Federal uma oportunidade de atendimento desta demanda.

Por sua capacidade de oferta de educação profissional e tecnológica e pela previsão legal de criar e ofertar cursos de capacitação tecnológica para população, a Prefeitura de Jaciara procurou o Instituto Federal de Mato Grosso em setembro de 2017, expondo problemas e buscando alternativas dentro do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (CNCT-2014).

As primeiras conversações foram reduzidas a termo por um dos possíveis parceiros em Ofício datado de 05 de dezembro de 2017, onde foram tabulados as reais necessidades, as possíveis contrapartidas e o quantitativo de servidores interessados na proposta de um Curso Técnico em Ludoteca.

Tal proposição encontra respaldo no corpo docente do *Campus* São Vicente, com formação adequada e vivência necessária à boa e regular oferta do curso. Este corpo docente pode ser potencializado como contrapartida pela existência de Professores das redes públicas municipais com habilitação e qualificação para complementar o atendimento de componentes curriculares onde a vivência profissional com crianças ou ainda a formação se mostra mais adequada ao atendimento da ementa ou das práticas pedagógicas.

Quanto à infraestrutura, há convergência de ambientes, de bibliotecas e de laboratórios entre as instituições parceiras, maximizando o uso de estruturas já existentes, afastando a necessidade de investimentos ou dispêndios financeiros.

Em Jaciara, o IFMT *campus* São Vicente, desde 2010, oferta Licenciaturas e ofertou também cursos técnicos integrados e subsequentes ao nível médio pelo PRONATEC, existindo concomitância e afinidade de conteúdos, de laboratórios e de profissionais para ministrar os componentes curriculares nas áreas de interesse do Técnico em Ludoteca.

É certo que o profissional aqui formado poderá extrapolar tal geografia de atuação, mas, considerando as demandas atuais e futuras, a Região Sul do Estado, em um raio de 150 quilômetros, tem demandas suficientes entre seus mais de 1,5 milhão de habitantes, em 11 municípios, que justifiquem a presente proposta.



5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Formar profissionais capazes de acompanhar adequadamente o desenvolvimento psicomotor de crianças em fase de pré-escola, planejando, organizando e executando atividades de lazer, de recreação e de socialização, utilizando com segurança instrumentos de ludicidade no desempenho de suas atividades, além de favorecer a formação de profissionais com conhecimentos técnico-científicos que fortaleçam o desenvolvimento de valores como cidadania e ética profissional.

5.2 Objetivos específicos

O Curso Técnico em Ludoteca prepara o futuro profissional para exercer as seguintes funções:

- Tornar a aprendizagem mais divertida e prazerosa;
- Utilizar materiais recicláveis na construção de jogos da Ludoteca, a fim de divulgar a importância do consumo equilibrado (que visa à preservação ambiental);
- Sensibilizar discentes e docentes quanto à importância e necessidade de conservar os materiais da Ludoteca;
- Atribuir propostas adequadas a cada jogo da Ludoteca de acordo com a faixa etária;
- Equipar uma Ludoteca com jogos e materiais didático-pedagógicos e proporcionar a socialização entre discentes e docentes;
- Proporcionar momentos de lazer e recreação aos mesmos, a fim de transformar e tornar o ambiente mais lúdico;
- Promover palestras socioeducativas e lúdicas nos diversos ambientes;
- Organizar o espaço para ser um ambiente alegre, atrativo e acolhedor;
- Recepcionar pessoas e orientar sobre o espaço físico e atividades disponíveis, de acordo com a faixa etária;
- Observar as necessidades do sujeito e criar condições para interação com objetos e jogos e a socialização com outras pessoas;
- Acompanhar as ações e zelar pela segurança durante o momento em que estão no ambiente sob sua responsabilidade.

6. DIRETRIZES

Diretrizes e Legislações aplicadas ao Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio:



Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título I, Capítulo II (Dos Direitos Sociais); Título III, Capítulo II (Da União); Título VIII, Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto) e Capítulo IV (Da Ciência e Tecnologia).

Lei nº 9.394/96, especialmente a Seção IV-A, com redação dada pela Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008, trata da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Lei nº 11.645/2008, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei nº 11.788/2008, Dispõe sobre o estágio dos estudantes.

Lei nº 9.795/1999, Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental

Lei nº 10.639/2003, Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira”.

Lei nº 11.892/2008, Institui a Rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Lei nº 12.287/2010, Altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, no tocante ao ensino da arte.

Lei nº 10.436/2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências.

Lei nº 13.278/2016, Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.

Decreto nº 5.626/2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.154/2004, Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296/2004, Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 7.037/2009, Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências.

Decreto nº 7.611/2011, Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Parecer CNE/CEB nº 11/2012, Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a



Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Parecer CNE/CEB nº 39/2004, Aplicação do Decreto nº5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

Parecer CNE/CP nº 8/2012, Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CEB nº 03/2008, Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Resolução nº 06/2012, Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Resolução CNE/CP nº 01/2012, Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 02/2012, Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CONSUP nº 013/2018, Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

Resolução CONSUP nº 043 de 17 de setembro de 2013, Aprova a normativa NAPNE.

Resolução CONSUP nº 023/2011, Normativa para elaboração dos Projetos Pedagógico dos Cursos Técnicos de Nível Médio, oferecidos pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Estado de Mato Grosso.

Organização Didática do IFMT – reformulada pela resolução nº 104 de 15 de dezembro de 2014.

7. REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO

Para ingressar no Curso Técnico em Ludoteca, o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio e ter sido aprovado em processo seletivo público, conforme critérios e formas estabelecidos por editais específicos de seleção, transferências, convênios, parcerias ou intercâmbios.

8. PÚBLICO-ALVO

O Curso Técnico em Ludoteca é destinado a estudantes que tenham concluído o Ensino Médio e que preencham os requisitos expressos no Edital de Seleção. O curso ofertará 35 vagas anuais com início em 2020/1; periodicidade de seleção anual, com tempo mínimo de integralização em 03 semestres e máximo em 05 semestres. O funcionamento do curso será em dois turnos nos sábados (aulas no período matutino e vespertino) e nas sextas-feiras (aulas no período noturno).



9. INSCRIÇÃO

Para pleitear o acesso ao curso Técnico em Ludoteca do *Campus* São Vicente – Centro de Referência de Jaciara, os candidatos deverão inscrever-se nos processos seletivos públicos regidos por editais específicos de seleção ou transferências, convênios, parcerias ou intercâmbios, nos períodos regidos por aqueles Editais.

No edital do processo seletivo, publicar-se-á o número de vagas, turno e os requisitos de acesso, obedecendo rigorosamente ao estabelecido no ato autorizativo do curso de Técnico em Ludoteca e na Organização Didática do IFMT.

No processo seletivo deverá ser adotado um ou mais dos seguintes critérios para classificação dos discentes: pesquisa de realidade socioeconômica, entrevista, análise de histórico escolar ou resultado de provas de conhecimentos específicos, considerando a realidade do Centro de Referência de Jaciara – *campus* São Vicente. Em todas as formas utilizadas para o ingresso nos cursos do IFMT será obrigatória a aplicação da pesquisa de realidade socioeconômica.

Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, instituído pelo *Campus*, sob indicação e autorização da Reitoria.

São formas de ingresso no IFMT:

- I. Processo seletivo;
- II. Transferência externa;
- III. Intercâmbios;
- IV. Parcerias;
- V. Convênios.

No que se refere aos itens III, IV e V supracitados, permite o ingresso de discentes provenientes de celebração de convênio cultural, educacional e/ou científico e tecnológico entre o Brasil e outros países e entre o IFMT e outras Instituições ou órgãos públicos.

O número de vagas a ser destinada para transferência de turno e ingresso por intercâmbios, parcerias e convênios será definido pela Direção de Ensino, após consulta à Coordenação de Curso. Para candidatos selecionados por meio de convênios será exigida, para matrícula, a documentação especificada no edital do convênio.

As vagas destinadas para os diferentes processos de transferência e reingresso serão computadas a partir das criadas pelos processos seletivos do respectivo curso e que, após o último cômputo, forem liberadas por:

- I. Evasão;
- II. Transferência para outra instituição;



III. Transferência entre *Campi*;

IV. Transferência de turno;

V. Cancelamento de matrícula;

VI. Transferência interna de curso.

As vagas não preenchidas serão disponibilizadas aos candidatos classificados, respeitando a ordem de classificação, em chamada pública em data e local especificada em edital e a prova de seleção de novos discentes será destinada a participação de candidatos que atendam ao requisito de escolarização exigido para o curso.

A classificação dos candidatos será realizada por meio de critérios apresentados em cada edital de seleção publicado pela instituição.

O candidato portador de Necessidades Específicas deverá solicitar através de requerimento o tipo de atendimento necessário a ser adotado para o caso específico, nos dias de provas e demais documentos previstos em edital.

10. MATRÍCULA

Matrícula é o ato formal pelo qual se dá a vinculação acadêmica do discente ao IFMT. Será efetivada pelo candidato ou por representante legal, no local, dia e horário a serem divulgados no edital do processo seletivo.

A matrícula somente será realizada no curso e turno escolhidos no ato da inscrição do processo seletivo em que o candidato foi aprovado.

O candidato que não comparecer para realização da matrícula no prazo estabelecido no edital ou não apresentar a documentação exigida, perderá o direito a vaga e será eliminado do processo seletivo.

Na condição de discente, uma pessoa não poderá ocupar simultaneamente 02 (duas) vagas da Educação Básica em cursos ofertados por instituições públicas federais, nos termos da Portaria Ministerial nº 1.862 de 22/12/1992.

Será obrigatório no ato da matrícula a apresentação de:

I. 1 (uma) foto 3 x 4 recente;

II. Certidão de nascimento ou casamento;

III. Formulário de matrícula devidamente preenchido na Coordenação de Registro Escolar do *Campus*, assinado pelo discente ou seu responsável legal;

IV. Carteira de registro geral (RG);

V. Cadastro de pessoa física (CPF);



- VI. Certificado de reservista (se maior de idade e do sexo masculino);
- VII. Título de eleitor (se maior de idade);
- VIII. Comprovante de residência;
- IX. Histórico escolar do Ensino Médio;
- X. Certificado de conclusão do Ensino Médio.

Os documentos podem ser apresentados na forma de cópias autenticadas por cartório de registro civil ou cópias simples, sendo estas acompanhadas dos originais. É de responsabilidade do discente ou seu representante legal a veracidade dos documentos apresentados, sob pena de invalidação de sua matrícula a qualquer tempo, se comprovada falsidade de informações.

Os candidatos estrangeiros deverão apresentar no ato da matrícula, além dos documentos obrigatórios, declaração oficialmente traduzida, de equivalência de estudos feitos no exterior.

Todos os documentos exigidos no edital deverão estar legíveis e sem rasuras.

As chamadas para matrícula poderão ocorrer até o preenchimento total das vagas ofertadas, desde que o período letivo do curso não ultrapasse 25% do total da carga horária.

Adota-se a matrícula semestral. A matrícula no semestre será efetivada, obrigatoriamente, em todos os componentes curriculares. A matrícula será realizada, para cada período letivo, após o primeiro semestre do curso, pessoalmente, por meio eletrônico ou através de procurador legalmente constituído e orientado pelo Coordenador de Curso/Área. A matrícula será renovada a cada semestre letivo e efetivada em todos os componentes curriculares estabelecidos neste Projeto Pedagógico do Curso para cada período letivo, obedecendo o tempo de integralização do curso.

10.1 Rematrícula

A rematrícula é a forma de confirmação, pelo discente, de continuidade nos estudos no mesmo curso e instituição.

As rematrículas deverão ser feitas a cada período letivo, depois de concluídas todas as etapas incluindo provas finais, em datas e prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

O discente que não realizar a renovação de sua matrícula dentro dos prazos estabelecidos será considerado desistente, salvo em caso de justificativa legal apresentada em até 15 dias após o vencimento dos prazos.

10.2 Trancamento, Cancelamento e Desligamento de Matrícula

Para procedimentos de trancamento, cancelamento e desligamento de matrículas, será obedecida a Organização Didática vigente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso.



10.3 Transferência

Para procedimentos de transferências, será obedecida a Organização Didática vigente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso.

11. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e com a formação recebida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso *Campus* São Vicente – Centro de Referência de Jaciara, o Técnico em Ludoteca é o profissional capaz de: desenvolver níveis diferentes de experiências pessoais e coletivas entre os usuários; utilizar materiais para estabelecer relações entre o brinquedo e o aprendizado; estimular a socialização, criatividade, espírito esportivo e trabalho em equipe; desenvolver atividades que possibilitem a aprendizagem e o desenvolvimento nos aspectos cognitivo, social e afetivo de um grupo de crianças nos ambientes em que atua; criar/selecionar materiais de acordo com a faixa etária e com o nível educacional das crianças.

11.1 Habilidades e Competências

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
Comunicativas	Manejar diferentes estratégias de comunicação dos conteúdos, sabendo eleger as mais adequadas, considerando a diversidade, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos através de filmes, contação de histórias e teatro;
Gerenciais	Zelar pela dignidade profissional, pelo planejamento e pela qualidade e segurança do trabalho sob sua responsabilidade; Planejar e equipar uma ludoteca reunindo conceitos de harmonia espacial, utilidade e ergonomia;
Comportamentais	Pautar-se por princípios da ética democrática: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, para atuação como profissionais e como cidadãos; Aplicar conceitos de sustentabilidade na aquisição e/ou elaboração de objetos pedagógicos e de infraestrutura; Desenvolver nas crianças atitudes e valores orientados para a cidadania, da mesma forma também incluir as dimensões física, cognitiva, afetiva, cultural, estética, lúdica, artística, ética e biossocial;
Sociais	Reconhecer e orientar aspectos comportamentais das crianças, em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo discriminações; Buscar formas de intervenção que contribuam para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; Disseminar conhecimentos à sociedade, compartilhando experiências e ouvindo retorno da comunidade;



Organizacionais	<p>Criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes e para o desenvolvimento infantil, utilizando o conhecimento das áreas ou disciplinas a serem ensinadas, das temáticas sociais, dos contextos sociais considerados relevantes para a aprendizagem escolar, bem como as especificidades didáticas envolvidas por meio da ludicidade;</p> <p>Utilizar modos diferentes e flexíveis de organização do tempo, do espaço e de agrupamentos para favorecer e enriquecer o processo de desenvolvimento e aprendizagem através dos jogos.</p>
------------------------	--



12. ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Inseridos numa sociedade moderna, em que a relação econômica se torna fundamental na profissionalização, sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização além da formação para o mundo de trabalho, incorpora também valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana.

Nessa perspectiva, o profissional Técnico em Ludoteca poderá atuar em ambientes onde a atividade de Brincar, Cuidar e Educar crianças em fase pré-escolar seja prerrogativa da função. Nesta perspectiva, visualiza-se creches, pediatria de hospitais, Postos de Saúde da Família (PSFs), bibliotecas, Escolas, Associações Comunitárias, entidades da sociedade civil organizada que prestam atendimento a públicos específicos, clínicas e instituições de longa permanência, Shoppings, Restaurantes, salas de apoio ao poder Judiciário, casas de festas e entidades confessionais.

A não conclusão de todos os componentes curriculares poderá proporcionar ao aluno a Certificação intermediária como Recreador, desde que complete no mínimo 204 horas em componentes curriculares distribuídos no primeiro e no segundo semestre e que permita:

Promover atividades recreativas diversificadas, visando ao entretenimento, à integração social e ao desenvolvimento pessoal dos clientes. Para tanto, elaboram projetos e executam atividades recreativas; promovem atividades lúdicas, estimulantes a participação, atendem clientes, criam atividades recreativas e coordenam setores de recreação, administram equipamentos e materiais para recreação. As atividades são desenvolvidas segundo normas de segurança. (fonte: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf> – acessado em 25/09/2019).

13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso Técnico em Ludoteca observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio e educação profissional de nível técnico, Resolução nº 02, de 30 de janeiro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Resolução nº 06 de 20 de setembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Resolução nº 03 de 21 de novembro de 2018 e no Decreto nº 5154/04, bem como nas diretrizes definidas no Projeto Pedagógico do IFMT.

No processo de elaboração deste plano de curso, houve reuniões com representantes de entidades, instituições e organizações ligadas diretamente ao serviço público na área da saúde e educação, no intuito de manter a sintonia entre as práticas educativas e as necessidades do serviço público para que os egressos ampliem espaços para sua atuação profissional. Nesses encontros foram apontadas algumas áreas de destaque tanto no que se refere a empregabilidade como ao crescimento no Estado. Assim, para atender essas áreas elencadas foram inseridas no currículo, conteúdos como Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), Gestão de ambientes e Projeto Integrador, buscando apontar para o enfrentamento de questões atuais e a práxis cotidiana.



A metodologia de conversação com a comunidade respaldou-se em diálogos com representantes do poder público municipal e recepcionando demandas apresentadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos para atendimento da oferta do curso.

A partir destes estudos e analisando as possibilidades de temas a serem abordados na formação, apontadas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, foi definido o Eixo Profissionalizante com os componentes específicos de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

13.1 Eixo Profissionalizante

Integram os componentes curriculares específicos do Curso Técnico em Ludoteca estruturado nas seguintes áreas:

Eixo Profissionalizante	Componente Curricular
Legislação e Políticas Públicas	Políticas da Educação Infantil
Gestão da Educação e de Espaços Formativos	Gestão de Ludoteca Prevenção e Segurança Projeto Integrador
Códigos e Linguagens	Relações Humanas Alfabetização e Letramento Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
Arte e Educação	Jogos e Recreação Metodologia da Educação Infantil Números e Objetos Matemáticos Ludoterapia Oficina Criativa Arte e Educação

Integram os componentes curriculares específicos do Curso Técnico em Ludoteca para obtenção do Certificado de Recreador:

Eixo Profissionalizante	Componente Curricular
Gestão da Educação e de Espaços Formativos	Gestão de Ludoteca (68h) Prevenção e Segurança (68h)



Códigos e Linguagens	Relações Humanas (68h)
Arte e Educação	Arte e Educação (68h)

Dentre os componentes curriculares descritos acima o aluno deverá concluir com aproveitamento 204 horas para fazer jus à Certificação Intermediária de Recriador.

A organização curricular estruturou o currículo por semestres visando a construção lógica do conhecimento pelo estudante. Para garantir esta construção primou-se pela interdisciplinaridade como forma de associação de conceitos e alcance dos objetivos propostos.

O diálogo entre os componentes curriculares e a estruturação de projetos integradores, de pesquisa e extensão facilitará a efetivação da interdisciplinaridade.

Visitas técnicas, palestras, seminários integradores e atividades complementares serão fatores de convergência prática entre teorias de diferentes componentes curriculares, favorecendo o entendimento multidisciplinar da proposta.

13.2 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Conforme Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, o estudo de Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa.

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até ao ensino superior.

Para o curso Técnico em Ludoteca a disciplina de Libras será oferecida como disciplina obrigatória, com carga horária de 34 horas.

13.3 Educação Étnico-racial

Em relação à Educação Étnico-racial e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena que trata a Lei nº 11.645 de 10/03/2008, Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, será debatida como tema intrínseco de maneira interdisciplinar nos componentes curriculares do curso e por meio de projetos, de maneira que as questões sociais e étnico-raciais sejam esclarecidas de forma crítica e integrada, contribuindo para formação de cidadãos conscientes de suas ações e valores relacionados a uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando a diferença no processo de construção da identidade do indivíduo.



13.4 Educação Ambiental

As Políticas de Educação Ambiental adotadas no *Campus* São Vicente atendem a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e está contemplada nos componentes curriculares de forma interdisciplinar, com intuito de articular conteúdos com a construção de objetos pedagógicos produzidos com materiais recicláveis, de reuso ou reutilizáveis, dentro da concepção tripartite que recepcionam ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas aderidas ao desenvolvimento de projetos com a comunidade interna e externa do *Campus* São Vicente – Centro de Referência de Jaciara. Além disso, os estudantes serão incentivados a fazer parte de ações desenvolvidas pela Comissão Permanente de Sustentabilidade do *Campus*, de modo a participarem de eventos e projetos desenvolvidos ao longo de sua permanência na instituição.

13.5 Educação em Direitos Humanos

Os conteúdos referentes à educação em Direitos Humanos baseados nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos instituídas pela Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 e as questões de gênero serão abordados nos componentes curriculares que se fundamentam em Legislação para a Educação e de forma interdisciplinar.

13.6 Indicadores da Matriz Curricular

O Curso Técnico em Ludoteca está organizado através de uma sólida base de conhecimentos científico-tecnológicos, possuindo uma carga horária de 816 horas de Formação Profissional.

Número de alunos por Turma	35 alunos		
Tempo de duração da aula	50 minutos		
Carga horária semanal	17 horas, equivalentes a 20 aulas		
Carga horária semestral	1º semestre 272 horas	2º semestre 272 horas	3º semestre 272 horas
Carga horária total obrigatória	816 horas, equivalentes a 960 aulas		
Estágio não-obrigatório	120 horas		
Atividades complementares (opcional)	40 horas		

O Curso Técnico em Ludoteca está organizado em três semestres.

O IFMT *Campus* São Vicente – Centro de Referência de Jaciara possui instalações e equipamentos que norteiam e baseiam os componentes curriculares do Curso Técnico em Ludoteca. Para complementaridade da proposta há possibilidade de realização de visitas técnicas, participação em feiras e congressos e em institutos de pesquisa para que os estudantes possam acompanhar as inovações tecnológicas e gerenciais garantindo a formação profissional exigida pelo mundo do trabalho e incentivo a produção do conhecimento.



Também serão propostas práticas profissionais aos alunos objetivando conhecer e se envolver ativamente com o entorno vivido e promover experiências que fomentam a formação integral do estudante nos seus aspectos humanos, científico e cultural e constarão nos diversos planos de ensino.

As aulas práticas e laboratoriais devem constar no plano de ensino dos componentes curriculares entregue no início de cada componente curricular. Em consonância com o conteúdo ministrado em sala de aula, as aulas práticas e laboratoriais devem oferecer aporte de fixação do conteúdo pelo estudante, garantindo maior suporte para fixação do conceito trazido pela teoria, trabalhando habilidades técnicas importantes para formação profissional.

Como Atividades Complementares, entende-se as atividades extra classe onde o conteúdo programático auxilie no desenvolvimento e nas habilidades ligadas à profissão:

- Participar em projetos institucionais, pesquisas, monitorias;
- Participar em congressos, simpósios, seminários, conferências, palestras etc;
- Realizar trabalhos voluntários, devidamente documentado;
- Participar ou promover cursos de extensão.

A certificação por autoridade competente deverá ser apresentada à Coordenação do Curso para comprovação das atividades complementares realizadas.



14. MATRIZ CURRICULAR

Matriz Curricular do Curso Técnico em Ludoteca Subsequente								
Componentes curriculares obrigatórios	Carga Horária Total/Disciplina						Total Aulas /PPI	Total Horas*
	1º Semestre		2º Semestre		3º Semestre			
	Aulas Mód.	Horas	Aulas Mód.	Horas	Aulas Mód.	Horas		
Relações Humanas	80	68	-	-	-	-	80	68
Metodologia da Educação Infantil	80	68	-	-	-	-	80	68
Arte e Educação	80	68	-	-	-	-	80	68
Números e Objetos	80	68	-	-	-	-	80	68
Alfabetização e Letramento	-	-	80	68	-	-	80	68
Gestão de Ludoteca	-	-	80	68	-	-	80	68
Prevenção e Segurança	-	-	80	68	-	-	80	68
Oficina Criativa	-	-	80	68	-	-	80	68
Políticas da Educação Infantil	-	-	-	-	80	68	80	68
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	-	-	-	-	40	34	40	34
Ludoterapia	-	-	-	-	40	34	40	34
Jogos e Recreação	-	-	-	-	80	68	80	68
Projeto Integrador	-	-	-	-	80	68	80	68
TOTAL	320	272	320	272	320	272	960	816*

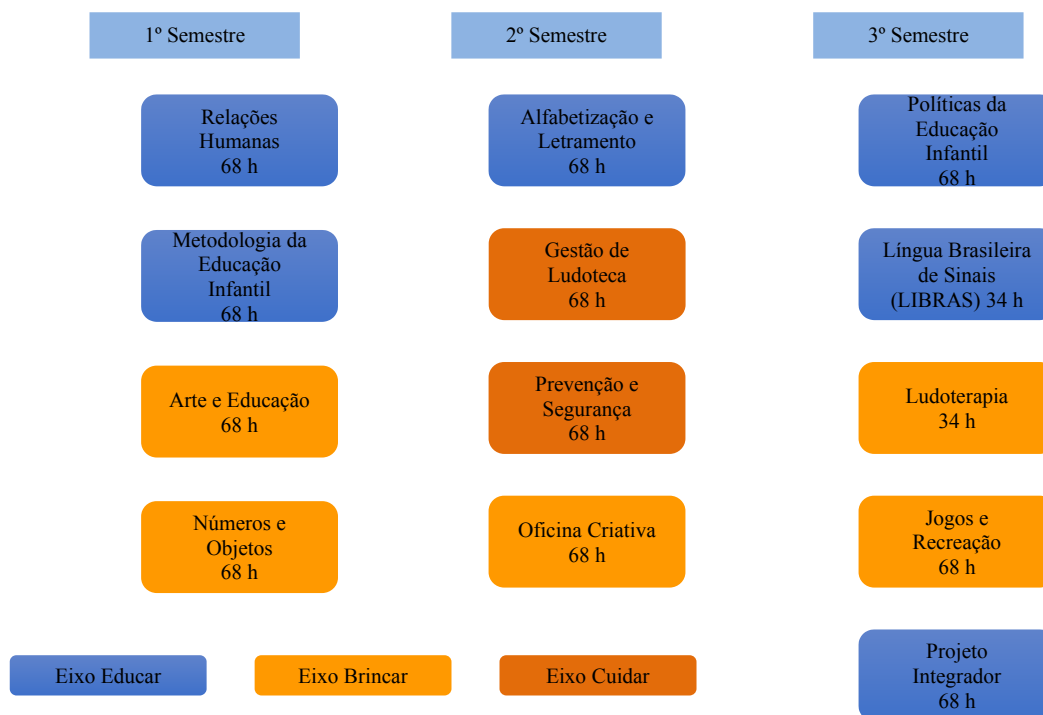
*Integralizadas em aulas e práticas profissionais integradas.

Componentes curriculares optativos	Estágio não-obrigatório	Carga horária total	120h
	Atividades complementares	Carga horária total	40h



15. FLUXOGRAMA

Fluxograma da Matriz Curricular do Curso Técnico em Ludoteca Subsequente





Distribuição em aulas de 50 minutos e PPI*

Eixo	Componente Curricular	Aulas/ PPI	Horas
Educar	Relações Humanas	80	68
Educar	Metodologia da Educação Infantil	80	68
Brincar	Arte e Educação	80	68
Brincar	Números e Objetos	80	68
Educar	Alfabetização e Letramento	80	68
Cuidar	Gestão de Ludoteca	80	68
Cuidar	Prevenção e Segurança	80	68
Brincar	Oficina Criativa	80	68
Educar	Políticas da Educação Infantil	80	68
Educar	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	40	34
Brincar	Ludoterapia	40	34
Brincar	Jogos e Recreação	80	68
Educar	Projeto Integrador	80	68
TOTAL		960	816

*Práticas Profissionais Integradas

Eixo	Aulas/ PPI	Horas
Educar	440	374
Brincar	360	306
Cuidar	160	136
TOTAL	960	816



16. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

16.1 Lista de Componentes Curriculares do Primeiro Semestre

		CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA		
		FORMA: SUBSEQUENTE		
IDENTIFICAÇÃO				
Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Relações Humanas	1º	80 aulas	40 aulas	40 aulas
		68 horas	34 horas	34 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Metodologia da Educação Infantil Arte e Educação Gestão de Ludoteca Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Ludoterapia Jogos e Recreação		
Eixo temático		Educar		
EMENTA				
Estudos introdutórios: sobre a pessoa, o aluno como pessoa, suas qualidades, suas virtudes, suas vivências, personalidade, temperamento, caráter, opções, escolhas, autoconhecimento, relações humanas na família, na escola e no trabalho; sobre a profissão, o curso, o perfil profissional, sistemáticas avaliativas, elaboração e uso de portfólio. Prática profissional integrada com colegas de trabalho, com alunos e com público em geral.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CURY, Augusto. Mentes brilhantes, mentes treinadas : desvendando o fascinante mundo da mente humana. São Paulo - SP: Academia, 2010. HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora : uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre - RS: Mediação, 2010. MIRANDA, O de. Oficina de dinâmica de grupos para empresas , escolas e grupos comunitários. Campinas-SP: Papyrus, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
COVEY, Stephen R. Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes . Rio de Janeiro - RJ: BestSeller, 2018. CONSTANTINO, Noel Alves. O portfólio na sala de aula presencial e virtual . Natal, RN: IFRN, 2008. Arquivo digital: https://www.passeidireto.com/arquivo/57353339/o-portfolio-na-sala-de-aula-presencial-e-virtual-ebook/3 MIZUKAMI, A; Nicoletti. Ensino : as abordagens do processo. São Paulo - SP: EPU, 2011. MELLANDER, Klas. O poder da aprendizagem : para pessoas que desejam obter mais aprendizado com menos ensino. São Paulo - SP: Cultrix, 2006.				



		CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA		
		FORMA: SUBSEQUENTE		
IDENTIFICAÇÃO				
Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Metodologia da Educação Infantil	1º	80 aulas	40 aulas	40 aulas
		68 horas	34 horas	34 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Relações Humanas Arte e Educação Números e Objetos Alfabetização e Letramento Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Jogos e Recreação		
Eixo temático		Educar		
EMENTA				
Processos teóricos e metodológicos da Educação Infantil. A relação ensino-aprendizagem na Educação Infantil. O papel do educador na Educação Infantil. Prática profissional integrada, observando, relacionando e relatando casos e ocorrências no ambiente de trabalho.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BONDIOLI A.; MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. NICOLAU, Marieta L. M.; DIAS, Marina C. M. (orgs.). Oficinas de sonho e realidade na formação do educador da infância . Campinas: Papyrus, 2003. ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. Os fazeres na Educação Infantil . São Paulo: Cortez, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org). O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes . São Paulo: Cortez, 2007. MACHADO, M.L.A. (org.) Encontros e desencontros na educação infantil . São Paulo: Cortez, 2002. ZAPPAROLI, Kelem. Estratégias lúdicas para o ensino da criança com deficiência . Rio de Janeiro - RJ: Wak, 2012. VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente . São Paulo: Martins Fontes, 2003.				



	CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA			
	FORMA: SUBSEQUENTE			
IDENTIFICAÇÃO				
Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Arte e Educação	1º	80 aulas	40 aulas	40 aulas
		68 horas	34 horas	34 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Relações Humanas Metodologia da Educação Infantil Arte e Educação Números e Objetos Alfabetização e Letramento Jogos e Recreação		
Eixo temático		Brincar		
EMENTA				
<p>Estudo do fenômeno artístico a partir da perspectiva histórico-social e sua vinculação ao espaço educativo da pré-escola. Por meio de um olhar dialógico, propõe uma incursão no universo multifacetado das diversas linguagens artísticas e suas formas de expressão, privilegiando o exame de conceitos, teorias e abordagens que estruturam este campo do saber. Propõe a reflexão crítica sobre a relação entre arte e educação pré-escolar, buscando referências nas teorias do ensino da arte, nas dinâmicas de apreciação crítica, na experiência estética, nos processos de construção de juízos de gosto e na imersão dos sujeitos contemporâneos numa cultura estético-visual. O teatro, a música, a dança como fontes de entretenimento na pré-escola.</p> <p>Prática profissional integrada observando, propondo e desenvolvendo ações de educação através da arte.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ARTE e Educação [s.i.]: ULBRA - Universidade Luterana do Brasil, [20--?]. DUARTE JUNIOR, João Francisco. Por que arte-educação? 7 ed. <i>Campinas</i>: Papirus, 1994. OSTETTO, Luciana Esmeralda. Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão. <i>Campinas-SP</i>: Papirus, 2010.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BITTENCOURT, Cândida A. de Carvalho. Arte e Educação: da razão instrumental à racionalidade emancipatória. São Paulo: Juruá, 2004. LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana Esmeralda. Museu, Educação e Cultura: encontros de crianças e professores com a arte. <i>Campinas</i>: Papirus, 2005. MARQUES, Isabel A. Dançando na escola. São Paulo - SP: CORTEZ, 2007. KIVY, Peter. Estética: fundamentos e questões de filosofia da arte. São Paulo: Paulus, 2008.</p>				



CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA				
FORMA: SUBSEQUENTE				
IDENTIFICAÇÃO				
Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Números e Objetos	1º	80 aulas	40 aulas	40 aulas
		68 horas	34 horas	34 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Metodologia da Educação Infantil Arte e Educação Alfabetização e Letramento Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Jogos e Recreação		
Eixo temático		Brincar		
EMENTA				
Construção do conceito de número e o sistema de numeração decimal. Jogos no aprendizado da matemática. Modelagem matemática para educação infantil. Construção do pensamento geométrico. Material Dourado. Frações. História da Matemática. Prática profissional integrada observando, propondo e desenvolvendo dinâmicas que possibilitem a percepção da matemática nas atividades diárias.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARVALHO, Ana Maria Tucci de Carvalho; PIRES, Magna Natália Marin; GOMES, Marilda Trecenti. Fundamentos Teóricos do pensamento Matemático . Curitiba-PR: IESDE Brasil, 2005. DANTE, Luiz Roberto. Formulação e resolução de problemas de matemática: teoria e prática . São Paulo: Editora Ática, 2010. ZASLAVSKY, Claudia. Mais jogos e atividades matemáticas do mundo inteiro: diversão multicultural a partir de 9 anos . Porto Alegre: Aritmed, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BARBOSA, Ruy Madsen. Conexões e Educação Matemática: brincadeiras, explorações e ações . Belo Horizonte: Autêntica, 2009. LORENZATO, Sérgio. O laboratório de ensino de Matemática na formação de professores . 3º ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2010. (Coleção formação de professores) PIAJET, J. A; Formação do Símbolo na Criança: imitação, Jogo, imagem e representação . Rio de Janeiro: J. Zahar, 3ª ed. tradução: Álvaro Cabral e Christiano Monteiro. SMOLE, Katia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. Cadernos de mathema: jogos de matemática . Porto Alegre-RS: Grupo A, 2008.				



16.2 Lista de Componentes Curriculares do Segundo Semestre

Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Alfabetização e Letramento	2º	80 aulas 68 horas	40 aulas 34 horas	40 aulas 34 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Metodologia da Educação Infantil Arte e Educação Números e Objetos Políticas da Educação Infantil Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Jogos e Recreação		
Eixo temático		Educar		
EMENTA				
Concepções de linguagem e perspectivas de Letramento/alfabetização; Letramento e alfabetização: similitudes e divergências; Letramento na perspectiva Freiriana; Letramento conforme Magda Soares; Impactos promovidos pelas TICs no conceito de letramento; Alfabetizar letrando: novas possibilidades. Prática profissional integrada observando, propondo e desenvolvendo dinâmicas que possibilitem a percepção das letras nas atividades diárias.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança . São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011. SOARES, Magda. Letramento e alfabetização : as muitas facetas. In: Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2004. _____. Alfabetização e Letramento . São Paulo: Contexto, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BALTAR, Marcos. Rádio escolar : uma experiência de letramento midiático. São Paulo: Cortez, 2012. CURTO, MORILLO; TEIXIDÓ. Escrever e ler : como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. 2 v. DINORAH, Maria. O livro infantil e a formação do leitor . Petrópolis - RJ: Vozes, 1996. MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização o Brasil. In: Alfabetização e Letramento em Debate . Brasília-DF, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf . Acesso em: 18 de jun. de 2019.				



		CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA		
		FORMA: SUBSEQUENTE		
IDENTIFICAÇÃO				
Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Gestão de Ludoteca	2º	80 aulas	40 aulas	40 aulas
		68 horas	34 horas	34 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Prevenção e Segurança Oficina Criativa Políticas da Educação Infantil Projeto Integrador		
Eixo temático		Cuidar		
EMENTA				
<p>O papel do Técnico em Ludoteca na gestão de unidades de informação; Adequação de modelos de classificação de acervo e de materiais conforme especificidades; Estabelecimento de política de formação e desenvolvimento de coleções. Captação e gestão de recursos para a ludoteca. Prática profissional integrada observando, propondo e desenvolvendo inventários e arranjos em coleções de acervo e materiais existentes.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro - RJ: Elsevier, 2004. LANCASTER, F. W. Avaliação de serviços de bibliotecas. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/10838034/lancaster-f-w-avaliacao-de-servicos-de-bibliotecas-traducao-de-antonio-agenor-br. Acesso em: 09 abril de 2018. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. São Paulo - SP: Atlas, 2010.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>CUNHA, Nylse Helena Silva. Brinquedoteca: um mergulho no brincar. São Paulo: Aquariana, 2010. FONSECA, Cristina Maria Tancredi, Maria Bernadete Tancredi Mininel, Chega de Bagunça! Organize-se! Dicas e técnicas práticas para uma boa organização. São Paulo, Marco Zero, 2008. OLIVEIRA, Vera Barros de (Org.). Brinquedoteca: uma visão internacional. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. PINHEIRO, Mariza Inês da Silva. Guia prático sobre classificação em cores para bibliotecas escolares e infantis. Rondonópolis, 2016. Disponível em: https://maksonreisblog.files.wordpress.com/2016/12/guia-prc3a1tico-sobre-classificac3a7c3a3o-em-cores.pdf. Acesso em: 09 abril 2018</p>				



	CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA			
	FORMA: SUBSEQUENTE			
IDENTIFICAÇÃO				
Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Prevenção e Segurança	2º	80 aulas	40 aulas	40 aulas
		68 horas	34 horas	34 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Gestão de Ludoteca Oficina Criativa Políticas da Educação Infantil Projeto Integrador		
Eixo temático		Cuidar		
EMENTA				
<p>O papel do Técnico em Ludoteca na prevenção de acidentes e sinistros, análise de riscos, práticas em saúde, higiene e segurança no trabalho considerando pessoas, equipamentos e brinquedos utilizados no entretenimento, na gestão da Ludoteca e no fornecimento de alimentos; noções de análise de riscos e aspectos legais sobre prevenção de incidentes e boas práticas para correta higienização, manipulação de alimentos e utensílios utilizados na oferta de alimentos às crianças na pré-escola.</p> <p>Prática profissional integrada observando e elaboração de relatórios diagnósticos e proposta de intervenções para minimização e/ou eliminação de riscos potenciais.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BISSO, Ely Moraes. O que é segurança do trabalho. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1990.</p> <p>LEAL, Paulo Fernando da Glória. Higiene e doenças transmissíveis: fundamentos. Viçosa - MG: Editora UFV, 2007.</p> <p>UFU. Curso técnico de segurança do trabalho. Uberlândia-MG: UFU - Universidade Federal de Uberlândia, 1989.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>GOWDAK, Demétrio. Aprendendo ciências 7: corpo humano, higiene e saúde, homem e ambiente. São Paulo - SP: Editora FTD, 1998.</p> <p>LE BRETON, David. Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.</p> <p>NORO, João J. Manual de primeiros socorros. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Saliba. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador. São Paulo: LTR, 2010.</p>				



	CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA			
	FORMA: SUBSEQUENTE			
IDENTIFICAÇÃO				
Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Oficina Criativa	2º	80 aulas	40 aulas	40 aulas
		68 horas	34 horas	34 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Gestão de Ludoteca Prevenção e Segurança Políticas da Educação Infantil Projeto Integrador		
Eixo temático		Cuidar		
EMENTA				
<p>A instrumentação da Ludoteca e o desenvolvimento de ideias criativas para preenchimento de tempos e de espaços lúdicos. O papel do Técnico em Ludoteca na observação, providências, desenvolvimento e aplicação de métodos e técnicas criativas através de oficinas de artes utilizando materiais alternativos e de uso diário. A arte como meio de desenvolvimento de habilidades manuais e cognitivas; Equipamentos e materiais alternativos úteis para desenvolvimento de objetos lúdicos em trabalhos manuais e artesanais.</p> <p>Prática profissional integrada observando, propondo e desenvolvendo instrumentos que possibilitem o desenvolvimento de habilidades manuais e cognitivas.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ANTUNES, Celso. Trabalhando habilidades: construindo ideias. São Paulo: Scipione, 2001.</p> <p>CARAMELLA, Elaine. História da arte: fundamentos semióticos. Bauru - SP: Editora EDUSC, 1998.</p> <p>OSTETTO, Luciana Esmeralda. Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão. Campinas-SP: Papyrus, 2010.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>CLARK, Ron. A arte de educar crianças: 55 regras de um professor premiado para formar alunos nota 10 na sala de aula e na vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.</p> <p>DANTAS, José Gustavo. Instrumentos de apoio ao setor produtivo: onde buscar apoio para o seu negócio. Brasília - DF: MIDIC, SDP, 2000.</p> <p>MANUAL aplicativo Cuiabá - MT: Sebrae, 2002.</p> <p>MARCELLINI, Domingos. Manual prático de marcenaria. Rio de Janeiro - RJ: Ediouro, [19??].</p>				



16.3 Lista de Componentes Curriculares do Terceiro Semestre

Componente Curricular		Semestre	CARGA HORÁRIA		
			TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Políticas da Educação Infantil		3º	80 aulas 68 horas	40 aulas 34 horas	40 aulas 34 horas
Interdisciplinaridade ou Integração			Metodologia da Educação Infantil Arte e Educação Alfabetização e Letramento Gestão de Ludoteca Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Ludoterapia		
Eixo temático			Educar		
EMENTA					
Políticas públicas para a educação infantil e pré-escolar e os planos governamentais; Instituições de educação infantil – contexto atual, desafios e perspectivas; oferta e qualidade da educação infantil no contexto da educação básica brasileira – situação atual e perspectivas. A educação especial, níveis, fatores e causas de deficiências, atrasos e dificuldades de aprendizagem; O atendimento pré-escolar: métodos e técnicas de desenvolvimento e inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Prática profissional integrada observando e desenvolvendo instrumentos de aferição e aplicação de políticas educacionais direcionadas às crianças nos ambientes em que atuam.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Infantil : pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, 2005. _____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 . Lei de diretrizes e bases da educação nacional. MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil : história e políticas públicas. São Paulo - SP: Cortez, 2011.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . Campinas: Autores Associados, 1997. PADILHA, A. M. L. Práticas Pedagógicas em Educação Especial . Campinas, SP: Autores Associados, 2001 PADILHA, A. M. L. Possibilidades de Histórias ao Contrário – ou como desencaminhar o aluno da classe especial. 3. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2004. SOARES, M. Linguagem e Escola : uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 2000.					



		CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA		
		FORMA: SUBSEQUENTE		
IDENTIFICAÇÃO				
Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Língua Brasileira de Sinais (Libras)	3º	40 aulas	20 aulas	20 aulas
		34 horas	17 horas	17 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Relações Humanas Metodologia da Educação Infantil Arte e Educação Números e Objetos Alfabetização e Letramento Políticas da Educação Infantil Jogos e Recreação		
Eixo temático		Educar		
EMENTA				
<p>Percepção de crianças com problemas auditivos. Modelos educacionais na educação de surdos. Características básicas da fonologia da Libras – Configurações de mão, movimento, ponto de articulação, orientação da mão, expressões não-manuais. Cultura e identidades surdas: identificações e locais das identidades (família, escola, associação, etc.). A questão do bilinguismo: português e língua de sinais. Conceito de surdez e terminologias. Legislação específica.</p> <p>Prática profissional integrada observando e desenvolvendo instrumentos que possibilitem a identificação dos ambientes com informação sobre a língua e propostas de adaptação dos ambientes à legislação.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 2. ed. Ilustrações de Silvana Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, v. I: sinais de A a L e v. II: sinais de M a Z. 2001.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de. Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados. 2 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2012.</p> <p>FELIPE, Tanya A. Libras em contexto: curso básico: livro do estudante. 2007.</p> <p>HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.</p> <p>SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo. Plexux. 2007. SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo. Plexux. 2007.</p>				



	CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA			
	FORMA: SUBSEQUENTE			
IDENTIFICAÇÃO				
Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Ludoterapia	3º	40 aulas	20 aulas	20 aulas
		34 horas	17 horas	17 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Relações Humanas Metodologia da Educação Infantil Arte e Educação Números e Objetos Alfabetização e Letramento Jogos e Recreação		
Eixo temático		Brincar		
EMENTA				
<p>Ludoterapia individual e de grupo: embasamento teórico. A estruturação, a escuta empática, a brincadeira imaginária, o explorar sentimentos durante a brincadeira. De muitas formas entender como desenvolver atitudes facilitadoras, como propiciar liberdade e um ambiente de segurança para as expressões de sentimento da criança, para o diálogo, através da brincadeira.</p> <p>Prática profissional integrada observando, desenvolvendo atividades que possibilitem exprlar sentimentos pelo brincar.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ANTUNES, Celso. Jogos para falar bem: homo sapiens, homo loquens. <i>Campinas-SP</i>: Papyrus, 2004.</p> <p>COX, Maureen. Desenho da criança. São Paulo - SP: Martins Fontes, 2010.</p> <p>RODRIGUES, Ana Cristina da Silva. Pesquisa: o aluno da educação infantil e dos anos iniciais. Curitiba - PR: IESDE Brasil S. A, 2007.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>AXLINE, Virginia Mãe. Ludoterapia: a dinâmica interior da criança. Belo Horizonte: Interlivros, 1972.</p> <p>BRITO, R. A. C. A criança Como Outro: uma leitura ética da ludoterapia centrada na criança. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. 2012. Disponível em: Acesso em: 15 Mai. 2019.</p> <p>MOREIRA, Virginea. (2010). Revisitando as fases da abordagem centrada na pessoa. Estudos de Psicologia (Campinas), 27(4),537-544. (SciELO)</p> <p>SCHILLER, Pam. 100 coisas maravilhosas para manter as crianças ocupadas e divertidas. São Paulo - SP: Editora Paulus, 2005.</p>				



	CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA			
	FORMA: SUBSEQUENTE			
IDENTIFICAÇÃO				
Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Jogos e Recreação	3º	80 aulas	40 aulas	40 aulas
		68 horas	34 horas	34 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Relações Humanas Metodologia da Educação Infantil Arte e Educação Números e Objetos Políticas da Educação Infantil Ludoterapia		
Eixo temático		Brincar		
EMENTA				
<p>O papel do Técnico em Ludoteca na aplicação de conceitos de jogo como fenômeno atemporal, de recreação e lazer. Teorias sobre o jogo, brinquedo e brincadeira. Jogos e brincadeiras infantis incorporadas na prática social e reconstruídas frente a realidade de hoje, suas manifestações possíveis e adequadas ao espaço pedagógico da pré-escola e fora dela. O lazer e a cultura da criança: a pré-escola na continuidade do brincar. Organização, planejamento e desenvolvimento de atividades recreativas e processos pedagógicos.</p> <p>Prática profissional integrada observando, propondo e desenvolvendo instrumentos de recreação em grupos que promovam o desenvolvimento de habilidades manuais, cognitivas e de socialização.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ANTUNES, Celso. Jogos para falar bem: homo sapiens, homo loquens. Campinas-SP: Papyrus, 2004.</p> <p>MARCELLINO, Nelson Carvalho. Pedagogia da animação. Campinas: Papyrus, 2016.</p> <p>SANTOS, Santa Marli Pires dos. O lúdico na formação do educador. Campinas: Vozes, 2011.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ALLUÉ, Josep M. Jogos: 250 jogos do mundo inteiro para todas as idades. Belo Horizonte: Editora Leitura, 1998.</p> <p>HUIZINGA, J. Homo Ludens. São Paulo: Perspectiva: 2001.</p> <p>JOGOS, Recreação e Lazer Curitiba - PR: CBL - Câmara Brasileira do Livro - SP, 2010.</p> <p>ZASLAVSKY, Claudia. Mais jogos e atividades do mundo inteiro: diversão multicultural a partir dos 9 anos. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p>				



	CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA			
	FORMA: SUBSEQUENTE			
IDENTIFICAÇÃO				
Componente Curricular	Semestre	CARGA HORÁRIA		
		TOTAL	Aulas teóricas	Prática profissional
Projeto Integrador	3º	80 aulas	40 aulas	40 aulas
		68 horas	34 horas	34 horas
Interdisciplinaridade ou Integração		Arte e Educação Números e Objetos Gestão de Ludoteca Prevenção e Segurança Oficina Criativa Políticas da Educação Infantil Jogos e Recreação		
Eixo temático		Educar		
EMENTA				
<p>Orientar o educando para elaboração e execução de um projeto que aplique os conhecimentos apreendidos nos componentes curriculares do curso, exercitando a interdisciplinaridade, com orientação e apoio técnico dos educadores.</p> <p>Prática profissional integrada observando, desenvolvendo e apresentando protótipo, projeto ou objeto útil para uso em ludotecas.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ANTUNES, Celso. Trabalhando habilidades: construindo idéias. São Paulo - SP: Scipione, 2001.</p> <p>MACHADO, Nilson José. Educação: projetos e valores. São Paulo - SP: Escrituras, 2002.</p> <p>ULBRA, Projetos interdisciplinares. Canoas - RS: ULBRA - Universidade Luterana do Brasil, [20--].</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>HELENO, Guido. Uma feira de idéias. Brasília - DF: Embrapa, 2004.</p> <p>MIRANDA, Simão de. Oficina de dinâmica de grupos para empresas, escolas e grupos comunitários. Campinas-SP: Papirus, 2009.</p> <p>PICAWY, Maria Maira <i>et al.</i> Projetos interdisciplinares. [s.l]: ULBRA - Universidade Luterana do Brasil, [2000].</p> <p>KISHIMOTO T. M.; O jogo e educação infantil. 13ª ed. – Saraiva, 1994.</p>				



17. ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

A Lei n. 11.788/2008 dispõe sobre o estágio de estudantes e define Estágio como sendo:

“ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.”

No artigo 2º o estágio é especificado como obrigatório e não obrigatório.

“Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

Assim, o Curso Técnico em Ludoteca caracteriza o estágio como NÃO OBRIGATÓRIO, disponibilizando-o aos estudantes que tenham interesse em realizá-lo com carga horária de 120 horas, regulamentado pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Os estudantes que optarem pela realização do estágio curricular deverão cumprir a carga horária de 120 horas, seguindo os Regulamentos da Instituição.

18. METODOLOGIA

Na perspectiva de promover a formação de técnicos, permitindo a aquisição de competências necessárias para o mundo do trabalho, o curso de Educação Profissional, “Técnico em Ludoteca Subsequente”, está estruturado semestralmente, proposto para integralização regular em 03 (três) semestres, com vistas a atender demanda de mercado e formação de recursos humanos qualificados.

Os procedimentos metodológicos visam como habilidade cognitiva fundamental, à capacidade de desenvolver competências e transferir / construir conhecimentos de forma criativa para a resolução de situações-problemas detectadas na dinâmica da prática social e produtiva. A metodologia deve ser desenvolvida de forma a contemplar os aspectos envolvidos no desenvolvimento das competências cognitivas, psicomotoras e socioafetivas, dando ênfase à contextualização e à prática social e produtiva.

Ficará sob a responsabilidade de cada área elaborar os conteúdos que constituirão as bases científicas, instrumentais e tecnológicas dos componentes curriculares, os quais deverão estar articulados e integrados entre si, para o desenvolvimento de determinada competência da área ou de outras áreas complementares de conhecimento, visando garantir a interdisciplinaridade conforme artigo 40 da Lei n. 9.394/96.

A metodologia adotada integra os conteúdos teóricos à prática, sistematizando uma ação conjunta, tornando-os mais compreensivos e significativos. O processo partirá do mais simples



para o mais complexo, fazendo com que o aluno adquira gradativamente novas formas de elaborar, identificar e agir em sinergia.

Os docentes desenvolverão um ensino construtivo, orientando a aprendizagem do aluno, a fim de levá-lo a conduzir suas competências e servir-se delas. Com isso o aluno desenvolverá conhecimentos, aproveitando sua capacidade de partilhar liderança.

No desenvolvimento das atividades, os docentes utilizarão várias estratégias de ensino: aulas expositivas, visitas técnicas, práticas laboratoriais, pesquisas, seminários, trabalhos em grupo entre outras, visando torná-las mais ajustada à realidade dos alunos e mais eficiente quanto aos seus resultados. Estes docentes utilizarão metodologias que facilitem o desenvolvimento da prática profissional, incluindo aplicação operatória dos conceitos e princípios científico-tecnológicos significativos, envolvendo conseqüentemente o uso inteligente de ferramentas e técnicas, indispensáveis para o processo de profissionalização do aluno.

A proposta pedagógica adotada fundamenta-se numa linguagem onde o docente delineará um novo "fazer" educativo, propondo tarefas e desafios que incitem o aluno a ser o agente de sua própria qualificação, criando condições para que possa observar e perceber, descobrir e refletir sobre o mundo e interagir com seus pares, superando seus limites, através da ação coletiva. Este fazer pedagógico proposto é a implementação de projetos onde a interdisciplinaridade, que abriga uma visão epistemológica do conhecimento, busca incentivar a pesquisa na construção de um conhecimento significativo. Segundo Dewey (1897) "A educação, portanto, é um processo de viver e não uma preparação para a vida futura".

Para concretizar a interação entre prática e teoria os Componentes Curriculares prevê-se práticas profissionais, oficinas didáticas, visitas técnicas em empreendimentos e em ambientes e situações de observação das temáticas a serem desenvolvidas, aulas em laboratórios do Centro de Referência e da sede do *Campus*, que funcionam nos ambientes educacionais de produção de conhecimento e que servem como pesquisas, atividades didáticas e geram o aproveitamento de infraestrutura.

O horário de desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas obedecerá critérios de respeito às necessidades humanas de alunos e servidores, um tempo de permanência de até nove horas, com exceções em função de deslocamentos ou práticas necessárias aos procedimentos de ensino.

Os componentes curriculares serão ofertados semestralmente, com carga horária de 34 ou 68 horas, espaçados, preferencialmente, de 15 em 15 dias, com a seguinte dinâmica:



Componente curricular (Horas)	Aulas teóricas	Prática profissional	TOTAL
Abc	17	17	34
Def	34	34	68

Componente curricular (Aulas)	Aulas teóricas	Prática profissional	TOTAL
Abc	20	20	40
Def	40	40	80

Como desdobramento, para componentes com 40 aulas, temos:

Componente curricular	Sexta-feira	Sábado	Sábado	Aulas teóricas	Prática profissional	Total
	noturno	matutino	vespertino			
Abc – 1ª quinzena	5	5	5	15	15	30
Abc – 2ª quinzena	5			5	5	10
Total	10	5	5	20	20	40

Total Geral: 40 aulas

Como desdobramento, para componentes com 80 aulas, temos:

Componente curricular	Sexta-feira	Sábado	Sábado	Aulas teóricas	Prática profissional	Total
	noturno	matutino	vespertino			
Def – 1ª quinzena	5	5	5	15	15	30
Def – 2ª quinzena	5	5	5	15	15	30
Def – 3ª quinzena	5	5		10	10	20
Total	15	15	10	40	40	80

Total Geral: 80 aulas



A regência das aulas se dará na sexta-feira a noite e no sábado, períodos matutino e vespertino. Para atividades de prática profissional integrada (PPI) desenvolvida em ambiente de aprendizagem, estão reservadas 50% da carga horária de cada componente curricular, no entendimento de que a proposta de capacitação de pessoas que já estão no labor diário com crianças em pré-escola consiga acrescentar saberes e vivências aos conteúdos ministrados em sala de aula, fomentando troca de experiências, nivelamento de saberes, e, como alvo maior perseguido, a melhoria do atendimento e do uso dos recursos existentes.

A estratégia educacional sistematizada neste Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Ludoteca, integrando teoria e prática profissional, constitui-se em experiência inovadora para a oferta de curso técnico de nível médio pelo *campus*, pois agrega aos tradicionais processos escolares, a experiência adquirida na área de trabalho como parte indissociável da profissionalização para o mundo do trabalho na sociedade contemporânea.

A prática profissional integrada tem carga horária definida e obrigatória em cada disciplina organizada por dimensões do eixo tecnológico do curso e necessárias ao perfil profissional. Dessa forma, experiências e contextualização curricular convergem para um projeto pedagógico consubstanciado em conhecimentos teóricos e saberes práticos.

Recepcionando as diretrizes da Resolução CNE/CEB n. 06/2012, a prática profissional está integrada em todos os componentes curriculares, com realização de atividades em ambientes de aprendizagem pertencentes à escola ou disponibilizados mediante convênio. Tais atividades servirão para exercício dos conteúdos desenvolvidos em aula e serão orientadas pelo docente do componente curricular para desenvolver habilidades e competências. A supervisão se dará no decorrer do semestre por meio de acompanhamento das atividades como visita ao ambiente de aprendizagem, relatórios, portfólios e/ou outros que permitam mensurar o aprendizado. Na avaliação da prática profissional o docente poderá recepcionar todas as instrumentos previstos na Organização Didática ou outras definidas no Plano de Ensino a ser apresentado.

Para acompanhamento e registros das Práticas Profissionais Integradas, é composto uma pasta individual, onde são colocadas as atividades produzidas pelo estudante sobre um tema ou disciplina, conjunto de disciplina ou até mesmo de todo o curso, qualquer que seja o seu nível. São registrados, na abertura do portfólio, os objetivos da sua elaboração, as informações pessoais e relevantes do estudante e também as expectativas parciais e globais de aprendizagem.

O portfólio como prática avaliativa deverá ser produzido no ambiente de trabalho e entregue ao professor em distintas formatações: impressos, rascunhos, desenhos, fotografias, vídeos, objetos e outros que permitam identificar o exercício da prática profissional. Tais registros serão avaliados e encaminhados ao Coordenador do Curso, para posterior análise do Colegiado do Curso, conforme aponta o Regimento Interno Unificado de Colegiados de Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus São Vicente em seu Título III, Art. 7º, sobre as atribuições do Colegiado de Curso, Inciso IV "Emitir pareceres em processos de ensino solicitados pela Coordenação de curso". Uma vez analisado, o portfólio receberá a avaliação final, se aprovado, aprovado com ressalvas ou recusado. O resultado da avaliação será encaminhado ao professor titular para lançamento complementar da nota de cada aluno e o portfólio arquivado na Coordenação para fins de



registro.

O uso do portfólio se dará em dois momentos distintos, a saber: Portfólio de apresentação e portfólio de prática profissional.

O portfólio de apresentação será montado pelo discente para fins de registro de sua atuação profissional, destacando as habilidades e competências já adquiridas. A prática avaliativa construída a partir de experiências do passado, associadas às experiências do presente possibilitarão a edificação de novas práticas – adequadas ao tempo e ao espaço ocupado pelo aluno no ambiente de trabalho. O conhecimento deste instrumento e sua elaboração se darão no primeiro componente curricular do primeiro semestre, a saber, Relações Humanas.

Ao portfólio de apresentação (avaliado apenas pelo professor titular da disciplina) será adicionado o portfólio da prática profissional em cada componente curricular, construído no decorrer do semestre letivo, onde cada professor observa a atuação do aluno, para alcance dos objetivos propostos.

Para a construção do portfólio de prática profissional, o aluno apresenta o diagnóstico de seu ambiente de trabalho, para posteriormente iniciar o planejamento estratégico e operacional das atividades a serem desenvolvidas durante o caminhar da disciplina (estudos de casos, visitas em instituições similares, sistematização da assistência, inventário, educação em saúde, educação continuada, técnicas e procedimentos de atendimento, relatórios de eventos, dentre outros) e progressivamente no decorrer da disciplina, vai anexando as tarefas executadas. A ficha de frequência (ANEXO I) será utilizada para registro e controle de frequência nessas atividades.

Sistematizações das Práticas Profissionais

As aulas práticas serão sistematizadas em articulação com a teoria, sendo de extrema importância para a formação profissional do Técnico em Ludoteca e acontecerá em ambientes próprios ou de terceiros, com disponibilização dos recursos materiais necessários para que as práticas aconteçam e reuniões com docentes para planejar os recursos necessários às aulas.

19. AVALIAÇÃO

Avaliação é um recurso pedagógico e estratégico para diagnosticar o índice de aproveitamento do discente nos diferentes componentes curriculares do processo de ensino e aprendizagem, e para reorientar e reorganizar as práticas pedagógicas a fim de garantir o aprendizado e melhores estratégias de ensino.

São considerados instrumentos de avaliação do conhecimento:

- I. exercícios;
- II. trabalhos individuais e/ou coletivos;
- III. fichas de acompanhamento;
- IV. relatórios;



- V. atividades complementares;
- VI. provas escritas;
- VII. atividades práticas;
- VIII. provas orais;
- IX. seminários;
- X. portfólio;
- XI. projetos interdisciplinares e outros.

Os instrumentos de avaliação atitudinal que poderão ser utilizados para avaliar os discentes são:

- I. auto-avaliação;
- II. assiduidade e pontualidade;
- III. realização de atividades escolares;
- IV. disciplina, interesse, participação nas aulas; e
- V. outros critérios definidos pelo docente.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve ter como parâmetros os princípios contidos no Projeto Pedagógico Institucional em consonância com a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFMT e a construção do perfil profissional previsto para o curso. Será norteada pela concepção dialógica, formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas.

O resultado do desempenho acadêmico deverá ser concretizado por dimensão somativa através de uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se frações de 0,1 (um décimo) por semestre, sendo que o resultado das avaliações de conhecimento corresponderá a nota 8,0 (oito).

A avaliação atitudinal corresponderá ao valor máximo de 2,0 (dois) pontos que, somados ao resultado das avaliações de conhecimento realizadas durante o semestre, comporá a nota do discente, conforme fórmula abaixo:

$$M_{Sem} = \frac{\sum A_n + C}{N}$$

M_{Sem} = Média Semestral;

$\sum A_n$ = Somatório das avaliações;

N = Número de avaliações;



C = Conceito.

Para expressar o resultado do desempenho acadêmico, média final e média de prova final devem obedecer aos seguintes critérios de aproximação:

- I. para fração menor que 0,05 aproxima-se para o valor decimal imediatamente inferior; e
- II. para fração igual ou maior que 0,05 aproxima-se para valor decimal imediatamente superior.

Para efeito de aprovação nos componentes curriculares os discentes deverão obter a média final igual ou maior que 6,0 (seis), e a cada semestre o docente deverá realizar no mínimo duas avaliações de aprendizagem por componente curricular. A nota de cada semestre será a média aritmética simples de todas as avaliações realizadas, acrescidos de até dois pontos do conceito referente à avaliação atitudinal.

19.1 Da avaliação das Práticas Profissionais Integradas

Como procedimento avaliativo das Práticas Profissionais Integradas, os professores dos componentes curriculares adotarão o portfólio, dentro do enfoque que a avaliação como processo gera maior comprometimento com a reflexão sobre a prática, com o aperfeiçoamento do processo de trabalho e com a superação das questões emersas do cotidiano.

É composto de uma pasta individual, onde são colocadas as atividades produzidas pelo estudante sobre um tema ou disciplina, conjunto de disciplina ou até mesmo de todo o curso, qualquer que seja o seu nível. São registrados, na abertura do portfólio, os objetivos da sua elaboração, as informações pessoais e relevantes do estudante e também as expectativas parciais e globais de aprendizagem.

O portfólio como prática avaliativa deverá ser produzido no ambiente de trabalho e entregue ao professor em distintas formatações: impressos, rascunhos, desenhos, fotografias, vídeos, objetos e outros que permitam identificar o exercício da prática profissional. Tais registros serão avaliados e encaminhados ao Coordenador do Curso, para posterior análise do Colegiado do Curso, conforme aponta o Regimento Interno Unificado de Colegiados de Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso *Campus* São Vicente em seu Título III, art. 7º, sobre as atribuições do Colegiado de Curso, Inciso IV "Emitir pareceres em processos de ensino solicitados pela Coordenação de curso". Uma vez analisado, o portfólio receberá a avaliação final, se aprovado, aprovado com ressalvas ou recusado. O resultado da avaliação será encaminhado ao professor titular para lançamento complementar da nota de cada aluno e o portfólio arquivado na Coordenação para fins de registro.

O uso do portfólio se dará em dois momentos distintos, a saber: Portfólio de apresentação e portfólio de prática profissional.

O portfólio de apresentação será montado pelo discente para fins de registro de sua atuação profissional, destacando as habilidades e competências já adquiridas. A prática avaliativa construída a partir de experiências do passado, associadas às experiências do presente possibilitarão a edificação de novas práticas – adequadas ao tempo e ao espaço ocupado pelo aluno no ambiente de trabalho. O conhecimento deste instrumento e sua



elaboração se darão no primeiro componente curricular do primeiro semestre, a saber, Relações Humanas.

Ao portfólio de apresentação (avaliado apenas pelo professor titular da disciplina) será adicionado o portfólio da prática profissional em cada componente curricular, construído no decorrer do semestre letivo, onde cada professor observa a atuação do aluno, para alcance dos objetivos propostos.

Para a construção do portfólio de prática profissional, o aluno apresenta o diagnóstico de seu ambiente de trabalho, para posteriormente iniciar o planejamento estratégico e operacional das atividades a serem desenvolvidas durante o caminhar da disciplina (estudos de casos, visitas em instituições similares, sistematização da assistência, inventário, educação em saúde, educação continuada, técnicas e procedimentos de atendimento, relatórios de eventos, dentre outros) e progressivamente no decorrer da disciplina, vai anexando as tarefas executadas. A ficha de frequência (ANEXO I) será utilizada para registro e controle de frequência nessas atividades.

19.2 Da Revisão de Avaliação

É direito do discente solicitar ao docente a revisão da avaliação aplicada, da seguinte forma:

I. Por meio de pedido verbal, em primeira instância; e

II. Por meio de requerimento escrito, em segunda instância, dirigido ao Coordenador do Curso, que intermediará o caso.

O pedido ou requerimento de revisão da avaliação deve ser fundamentado e justificado, de modo que as solicitações intempestivas serão desconsideradas.

O discente poderá solicitar revisão de avaliação mediante processo devidamente fundamentado e nos prazos estabelecidos na Organização Didática vigente.

Ao receber o requerimento de revisão de avaliação escrito, o Coordenador do Curso deverá solicitar ao docente a revisão pleiteada ou indeferir o requerimento e informar a decisão ao discente.

19.3 Da Avaliação em Segunda Chamada

Será concedida a segunda chamada para realização de avaliações ao discente que justificar sua ausência nessa etapa de avaliação, mediante requerimento devidamente fundamentado, no prazo de até 03 (três) dias úteis, após a realização da primeira chamada. Decorrido o prazo de segunda chamada, será atribuída nota 0,0 (zero) ao discente que não comparecer para realizar a avaliação.

Os documentos aceitos como justificativa para assegurar o direito à segunda chamada são os relacionados abaixo:

I. Atestado médico, comprovando doença que o impossibilite de participar das atividades escolares do dia;



II. Declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;

III. Declaração de servidor do IFMT, com anuência expressa do Diretor do *Campus*, comprovando que o discente estava representando o IFMT; e

IV. Atestado de óbito de cônjuge/companheiro ou parentes por consanguinidade/afinidade até segundo grau.

Atendidas as condições, o Coordenador do Curso deferirá o requerimento e o encaminhará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao docente responsável.

A segunda chamada será aplicada pelo docente responsável pelo componente curricular, bem como assistente de aluno e/ou Coordenador do Curso/Área, no dia e horário definidos pelo docente.

19.4 Da Recuperação

Os estudos de recuperação são espaços formativos que possibilitam ao docente e ao discente reverem a prática de ensino e aprendizagem a fim de ressignificá-las, oportunizando ao discente superar lacunas da aprendizagem e dos resultados obtidos ao longo do período letivo, num processo em que se valorize a construção do conhecimento.

Os estudos de recuperação serão realizados de forma paralela, em momentos diversos por meio de estratégias definidas pelos docentes e esgotadas todas as estratégias da recuperação paralela, o discente que não obtiver média semestral igual ou maior que 6,0 (seis) terá direito à prova final.

Segundo a Organização Didática do IFMT, art. 166, § 2º e 3º, “os estudos de recuperação paralela deverão propiciar novos momentos avaliativos, quando este já estiver ocorrido; e após o processo de recuperação paralela será mantido o melhor desempenho.”

19.5 Da Prova Final

Decorridas todas as avaliações semestrais nos módulos haverá Prova Final (PF) destinada aos discentes que obtiverem média final inferior a 6,0 (seis), independente do número de componentes curriculares.

Realizada a Prova Final (PF), o resultado será apurado por média aritmética, conforme segue:

$$M_F = (M_s + P_F) / 2$$

Onde:

MF = Média Final;

MS = Média Semestral;

PF = Nota da Prova Final.

Após a Prova Final (PF), será aprovado o discente que obtiver média igual ou superior a



5,0 (cinco).

19.6 Da Frequência e do Registro

No que se refere à frequência em Curso Técnico Subsequente presencial, o discente será aprovado se obtiver, no mínimo, 75% de frequência, computada com base na carga horária total do componente curricular, conforme art. 8º da Organização Didática.

Compete ao *Campus* monitorar a frequência dos discentes e adotar medidas de prevenção ou superação de faltas, bem como prestar informações aos discentes a respeito dos riscos pelo excesso de falta.

20. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

De acordo com os artigos 118 a 123 da Organização Didática do Instituto Federal de Mato Grosso, o aproveitamento de estudos realizados no âmbito de cursos Técnicos de Nível Médio em Cursos Técnicos Subsequentes, se dará por processos protocolados ao Departamento ou Coordenação competente, que o encaminhará à Direção para composição de Comissão de análise e parecer.

21. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE CURSO

Um sistema de avaliação de curso no IFMT, através de Comissão Própria de Avaliação busca a construção de um caminho pedagógico objetivo e o comprometimento de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Uma vez implantado o Curso Técnico em Ludoteca Subsequente dará sua contribuição no sentido de harmonizar, melhorar e consolidar as avaliações realizadas.

Em sua execução, envolverá alunos, professores, pais ou responsáveis, equipe pedagógica, coordenação do curso e instâncias colegiadas, onde cada bloco, conforme os instrumentos de avaliação específicos, (Entrevistas, Questionários, Reuniões), produzirá relatórios e contribuirá para o Plano de Ação e melhorias a ser aplicado no curso.

A avaliação será efetivada preferencialmente no início de cada semestre, tendo como foco avaliativo o semestre anterior, devendo ser processado, analisado e efetivado até o final do período letivo da avaliação.

22. PLANO DE MELHORIAS DO CURSO

A proposição do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Ludoteca, Subsequente ao Nível Médio, a fim de atender a LDB (Lei n. 9394/1996), o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e a Organização Didática do IFMT, será realizada em frentes de trabalho a partir da experiência dos profissionais da educação que desenvolvem seus conhecimentos, habilidades e competências no *Campus* São Vicente. Com base nessas experiências e no conhecimento



da legislação, a fim de melhorar sistematicamente o curso, identificam-se as seguintes realidades/problemáticas:

22.1 Parcerias com Instituições Públicas e Privadas e Empresas do Setor

Diagnóstico

Considerando que a formação profissionalizante é a principal missão do IFMT e que a estrutura do *Campus* São Vicente é direcionada aliando ensino, pesquisa e extensão, a área de ensino do *Campus* tem por finalidade avançar na realização da sua missão formativa. Assim, observa-se que o *Campus* São Vicente possui quase a totalidade de equipamentos e infraestrutura que garante a fundamentação e introdução dos conteúdos abordados nos componentes curriculares, porém estes não acompanham as novas tecnologias introduzidas no desenvolvimento de atividades lúdicas. Desta forma, torna-se oportuno viabilizar parcerias com instituições públicas e privadas, empresas, representantes dos diferentes segmentos para que os estudantes possam acompanhar as tendências e inovações que o mundo do trabalho exige.

O que

Viabilizar parcerias com instituições públicas e privadas.

Como

I. Realizar contato com empresas privadas ou públicas, instituições públicas e privadas para estabelecer parcerias para realização de aulas práticas, visitas técnicas, práticas profissionais integradas e estágios.

II. Organizar convênios para a realização de estágio, formação continuada, cursos de extensão e iniciação à pesquisa com instituições que trabalham nas diversas áreas do conhecimento ofertadas pelo IFMT *Campus* São Vicente.

Quando

Atividade permanente.

Por que

O diálogo e a parceria com empresas ou instituições que trabalham na mesma área de formação do Técnico em Ludoteca facilita o aprendizado das novidades do mercado de trabalho, as exigências tecnológicas bem como uma formação profissional em que as práticas lúdicas estejam no horizonte de formação profissional. Além disso, favorece a inserção do estudante no mundo do trabalho com conhecimentos mais aproximados com as exigências profissionais.

Quem

Professores das áreas profissionalizantes, estudantes, técnicos administrativos ligados ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão de Jaciara.

Lideranças responsáveis



Coordenação de Curso, Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão de Jaciara.

Resultados a serem obtidos

Melhoria na articulação da teoria e prática na construção de saberes, aprendizado adequado à realidade do mundo do trabalho. Aumento do diálogo entre instituição e empresas promovendo uma formação articulada de nossos estudantes que atenda as exigências do mundo do trabalho.

22.2 Ampliação da infraestrutura local

Diagnóstico

Os estudantes do curso Técnico em Ludoteca tem em seu currículo uma forte carga horária destinada a formação de conhecimento de cunho científico e profissionalizante. Porém, a formação integral do estudante passa pelo desenvolvimento de saberes extracurriculares que incluam o conhecimento e a produção de artes, o desenvolvimento esportivo, e de atividades de tempo livre. O uso de todo o tempo do estudante para o estudo dos componentes curriculares faz com que o estudante tenha pouco tempo para desenvolver outros conhecimentos que favorecem a formação humana integral e possa desenvolver aptidões culturais e artísticas.

O que

Realização de cursos e atividades culturais, esportivas e artísticas.

Montagem e ampliação de espaços de produção de conhecimento e lazer.

Como

I. Incentivo ao desenvolvimento de habilidades musicais e cênicas;

II. Aquisição de material bibliográfico específico;

III. Oferta de curso e programas de desenvolvimento interpessoal;

IV. Organização de clubes de leitura e de fórum de discussão sobre variados temas, presencial ou em ambiente virtual de aprendizagem;

V. Melhorias no laboratório de Ciências;

Quando

Para atividades de socialização, durante o semestre letivo, nos horários de intervalo das aulas.

Para atividades de infraestrutura, ação constante.

Por que

A necessidade de uma formação humana que contemple além da formação científica e profissional faz com que o estudante possa se desenvolver integralmente e desenvolva



aptidões culturais variadas. Faz parte da formação complementar do estudante o contato e o desenvolvimento de atividades eletivas a fim de que o estudante possa ter contato com uma formação humanística e integral e que não desenvolva somente o aspecto profissionalizante de sua formação.

Quem

Alunos e servidores.

Lideranças responsáveis

Coordenação do Curso e Chefia do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão de Jaciara.

Resultados a serem obtidos

Diminuição da evasão e maior envolvimento dos participantes da comunidade escolar.

Além das ações citadas acima o IFMT instituiu a Comissão de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMT, formada por subcomissões de todos os campi com o objetivo de estabelecer um Plano Estratégico para combater as causas de evasão e retenção dos discentes. A subcomissão do *Campus* São Vicente designada por portaria, tem a função de diagnosticar as causas locais de evasão dos cursos e buscar através de ações administrativas e pedagógicas soluções para o efetivo êxito dos estudantes nos cursos ofertados na instituição.

23. ATENDIMENTO AO DISCENTE

23.1 Programa de Assistência Estudantil

O Programa de Assistência Estudantil do IFMT tem como fundamento legal a Portaria do MEC nº 39 de 12 de dezembro de 2007 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, o Decreto Nº 7234 de 19 de Julho de 2010 que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O programa objetiva a democratização do acesso e permanência dos estudantes de baixa renda na educação superior pública federal a fim de contribuir com a redução das taxas de evasão e retenção. O Programa de Assistência Estudantil do *Campus* São Vicente – Sede e seus Centros de Referências de Jaciara e Campo Verde conta com o trabalho de uma equipe de profissionais das seguintes áreas: Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Pedagogia, Tradutora e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Técnica em Assuntos Educacionais. Esses profissionais desenvolvem ações voltadas à educação inclusiva, promoção a saúde e qualidade de vida dos estudantes por meio de oficinas, palestras e minicursos.

No IFMT *Campus* São Vicente, o programa de assistência estudantil é executado por meio das seguintes modalidades de auxílios:

24.1.1 Transporte

Esta modalidade de auxílio é destinada aos estudantes que não residem em Jaciara ou



residem em bairros distantes e precisam utilizar algum tipo de transporte público ou privado para se deslocar até o IFMT. O auxílio é regido por edital específico publicado durante o ano letivo, orientando e definindo os critérios do processo seletivo e valores que serão pagos em dinheiro via depósito em conta-corrente que deverá estar em nome do estudante.

O deslocamento dos estudantes para aulas práticas e/ou visitas técnicas é feito por meio de veículos próprios do IFMT *Campus* São Vicente.

Existe ainda a disponibilidade de custeio para eventos e atividades científicas para os discentes regularmente matriculados. Este benefício foi instituído por meio da Portaria nº 60, de 27/04/2016 que regulamenta os critérios para concessão de diárias e passagens aos discentes para participação em eventos científicos, tecnológicos, culturais, esportivos e/ou organizados pelas entidades representativas dos estudantes, sejam eles de nível regional, nacional ou internacional.

23.1.2 Auxílio Permanência

Este auxílio foi ofertado nesta modalidade a partir do primeiro semestre de 2015, regido por edital específico, conforme as normas do Programa de Assistência Estudantil, cujo objetivo é selecionar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para desenvolver atividades relacionadas ao ensino da prática e demais atividades pedagógicas inerentes ao funcionamento dos cursos ofertados no *Campus* Sede e seus Centros de Referências. O estudante receberá auxílio financeiro cujo valor será estabelecido em edital específico de acordo com a disponibilidade orçamentária do *Campus*.

23.1.3 Monitoria Didática

Esta modalidade de bolsa é disponibilizada por meio de edital específico coordenado pela Direção de Ensino do *Campus*. A Direção de Ensino solicita aos docentes a demanda para atividades de monitoria orientada pelos docentes em suas disciplinas. O estudante selecionado também recebe auxílio financeiro definido em edital.

23.2 Orientação Educacional

A Orientação Educacional deve ser entendida como um processo dinâmico, contínuo e sistemático, que deve estar integrada em todo o currículo escolar. O trabalho é feito diretamente com os estudantes, considerando-os como um ser global, que deve se desenvolver harmoniosa e equilibradamente em todos os aspectos: intelectual, físico, social, moral, estético, político, educacional e vocacional; ajudando-os em seu desenvolvimento pessoal, em parceria com os professores, para compreender o seu comportamento e agir de maneira adequada em relação aos estudantes. Na instituição escolar, participa da equipe de gestão na organização e realização da proposta pedagógica; e com a comunidade, orientando, ouvindo e dialogando com pais e responsáveis.

A Orientação Educacional tem compromisso com a formação permanente no que diz respeito a valores, atitudes, emoções e sentimentos.

A Orientação Educacional deverá fazer parte de um processo cooperativo dentro da instituição escolar devendo:



- I. Mobilizar a escola, a família e o estudante para a investigação coletiva da realidade na qual todos estão inseridos;
- II. Cooperar com o professor, auxiliando-o na tarefa de compreender o comportamento das classes e dos estudantes em particular;
- III. Manter os professores informados quanto às atitudes da Orientação Educacional junto aos estudantes, principalmente quando esta atitude tiver sido solicitada pelo professor;
- IV. Trabalhar preventivamente em relação a situações e dificuldades, promovendo condições que favoreçam o desenvolvimento do estudante;
- V. Organizar dados referentes aos estudantes;
- VI. Procurar captar a confiança e cooperação dos estudantes, ouvindo-os com paciência e atenção;
- VII. Ser firme quando necessário, sem intimidação, criando um clima de cooperação na escola.

23.3 NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE visa à articulação de pessoas, instituições, e o desenvolvimento de ações no âmbito interno, envolvendo: psicólogo, pedagogo, assistente social, supervisores e orientadores educacionais, técnicos administrativos, docentes, discentes e pais. Os alunos com necessidades específicas atendidos pelo NAPNE, serão encaminhados para os serviços de apoio específicos.

O NAPNE tem como objetivos:

- I. Atender alunos com necessidades específicas oferecendo apoio didático-pedagógico;
- II. Acompanhar e orientar o *Câmpus* na preparação de condições para o ingresso, permanência e conclusão com sucesso bem como o acompanhamento dos egressos;
- III. Apoiar os Docentes e Técnicos Administrativos no acolhimento e atendimento aos alunos;
- IV. Promover a inclusão escolar e da educação inclusiva por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- V. Articular ações de incentivo ao debate, ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades educacionais específicas e das questões relacionadas à educação inclusiva;
- VI. Propor e acompanhar medidas de acessibilidade – quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais;
- VII. Promover eventos relacionados à temática da inclusão;



VIII. Atender e apoiar grupos de pessoas que por vezes são excluídas pela sociedade, em virtude de sua raça/cor, etnia, gênero, religião, orientação sexual;

IX. Acompanhar as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão, com qualidade, do processo educativo aos alunos com necessidades educacionais específicas.

23.4 Atividades de Nivelamento

O *Campus* São Vicente, visando a qualidade do ensino e a formação do estudante, implantará no início de cada ano letivo, uma política de ação sistemática voltada para a recuperação das deficiências de formação do ingressante no curso Técnico em Ludoteca, instituindo diversas atividades que tenham como objetivo o nivelamento dos estudantes ingressantes. Tal iniciativa tem como maior objetivo oportunizar aos estudantes em defasagem nas habilidades e nas competências adquiridas no Ensino Médio, a possibilidade de alcançar o nível esperado nas áreas de leitura, interpretação e redação da língua portuguesa e do raciocínio lógico-matemático.

O projeto consiste em três etapas: (1) diagnóstico; (2) realização de oficinas, aulas de reforço e monitoria didática; e (3) acompanhamento da orientação educacional.

A primeira fase consiste no diagnóstico dos estudantes em defasagem e em que nível se encontram. Esse diagnóstico será realizado por meio de dinâmicas de socialização de conhecimento na primeira semana de aula, como também por meio de observação dos estudantes pelos docentes. Essas informações serão tratadas pela Coordenação de Curso em reunião do corpo docente.

A segunda etapa consiste em propor para os estudantes selecionadas atividades direcionadas para as dificuldades dos estudantes a fim de que eles possam ter um atendimento individualizado no que se refere a suas dificuldades no desenvolvimento do conhecimento.

No segundo semestre iniciarão as atividades de monitoria didática sob orientação de um monitor, para quais os docentes indicarão os estudantes que necessitam de reforço escolar para o acompanhamento dos componentes por eles lecionados. Os docentes apresentam listas de exercícios para os estudantes realizarem sob a orientação de um monitor. As monitorias didáticas ocorrem no período noturno, com duração de duas horas semanais.

A terceira fase consiste no acompanhamento da Orientação Educacional, na qual um docente com a equipe multiprofissional do *Campus* acompanha o rendimento escolar dos estudantes em defasagem a fim de que os estudantes tenham o apoio necessário para o incremento do seu aprendizado. A orientação educacional, junto com a Coordenação do Curso, aponta quais estratégias didáticas e metodológicas são as mais favoráveis para facilitar os processos de ensino e aprendizagem dos componentes curriculares do curso Técnico em Ludoteca.

Espera-se que, com essas atividades, o estudante possa alcançar níveis satisfatórios de compreensão e operacionalização dos conhecimentos das áreas de compreensão e interpretação da comunicação oral e escrita e tenha um melhor desenvolvimento nos componentes que exigem o raciocínio lógico, básicos para a formação do Técnico em Ludoteca



e para a continuação dos estudos exercício profissional.

24. POLÍTICAS DE CONTROLE DE EVASÃO

A implantação de uma política de controle, contenção e acompanhamento da evasão escolar são anseios antigos da educação brasileira, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso no âmbito da Educação Profissional com suas atribuições têm visto a evasão como um dos grandes desafios na escolaridade da população, e nesse sentido o IFMT *Campus* São Vicente busca implementar uma política que objetiva:

I. Compreender a contenção da evasão escolar como uma política institucional necessária a melhoria da qualidade educativa;

II. Analisar e diagnosticar a evasão como indicadores que nortearão o redimensionamento dos espaços de aprendizagem, bem como as ações pedagógicas;

III. Desenvolver propostas educacionais inclusivas que atendam, com qualidade, os alunos com necessidades especiais, e todos os que compõem o conjunto diversificado de estudantes;

IV. Controlar e acompanhar a evasão escolar a fim de efetivar um dos princípios legais e éticos da educação nacional que está voltado ao acesso às políticas de permanência do estudante na instituição, por meio do programa de assistência estudantil que contempla os auxílios-transporte e moradia, bem como as bolsas monitoria, trabalho, pesquisa e extensão;

V. Garantir a formação, atualização e atuação da equipe multiprofissional (Assistente Social, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Psicólogo, Técnico em Libras, Coordenador de Curso, Supervisor Pedagógico, Orientador Educacional, Enfermeiro e Técnico em Enfermagem) nos programas desenvolvidos a partir desta política.

Por conta da característica singular do município de Jaciara, para onde convergem as pessoas e a economia dos municípios de Dom Aquino (18km), Juscimeira (11km) e São Pedro da Cipa (5km), o desafio do controle da evasão será colocado à prova com a Política de Assistência Estudantil, aliada à logística de transporte intermunicipal de uso popularizado entre seus habitantes.

Outro desafio é a adaptação dos alunos às exigências curriculares do curso, com aulas em dois turnos diferentes, intercalado e modular. Mais uma vez a Política de Assistência Estudantil, aliada à logística de transporte intermunicipal de uso popularizado entre seus habitantes deverá contribuir para a não evasão.

A segunda característica fundamental da evasão é a adaptação dos estudantes às exigências curriculares do curso. Para isso, toda a equipe pedagógica, liderada pelo Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão e pela Coordenação de Curso, docentes e equipe multiprofissional, auxilia o estudante a encontrar formas de aprender condizentes com a expectativa formativa do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Ludoteca Subsequente ao Nível Médio. O processo de adaptação às exigências curriculares demanda tempo para que o



estudante perceba a necessidade de concentrar-se e de disciplinar-se a fim de motivar-se para o aprendizado.

A Coordenação de Curso é o setor responsável em detectar quais estudantes apresentam fragilidade nessa adaptação e, como toda equipe, incentiva os estudantes a aplicarem-se no ajustamento de condutas e de organização para facilitar o aprendizado e o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para progredir no estudo.

Para incentivar os estudantes a empenharem-se no processo de aprendizagem, há um programa de monitoria didática que auxilia os estudantes com dificuldades de aprendizagem em determinado componente curricular e a desenvolver métodos e modos de organização para que se desenvolvam nos estudos.

Para o estudante também é proposto o atendimento educacional especializado, com a equipe multiprofissional e a orientação educacional que têm como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos discentes, considerando suas necessidades específicas.

Outras ações deverão ser realizadas para a prevenção da evasão, tais como: promoção de palestras, minicursos e cursos de extensão; incentivo a realização de estágios não obrigatórios; participação em projetos de extensão e pesquisa; realização de visitas técnicas para aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

25. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Para os discentes que concluírem a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente, após o cumprimento integral de todos os Componentes Curriculares das atividades desenvolvidas no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Ludoteca Subsequente ao Nível Médio será conferido diploma de Técnico em Ludoteca.

Os diplomas do Curso de Técnico em Ludoteca na forma Subsequente serão emitidos, registrados e validados pela Coordenação de Registro Escolar do *Câmpus* São Vicente, onde podem ser retirados pelos egressos, mediante assinatura em livro de registro próprio.

Como Certificação Intermediária, o discente que completar 204 horas em componentes curriculares especificados no primeiro e no segundo semestre, fará jus ao Certificado de Recreador.



26. QUADRO DE SERVIDORES

Técnicos na Sede, em São Vicente	Cargo	Formação	Titulação
DANIELA FERNANDES DA SILVA	Técnico em Assuntos Educacionais	Ciências Sociais	Mestrado
DERALDINA PEREIRA DO NASCIMENTO	Pedagoga	Pedagoga	Especialista
IZAURA CRISTINA MACIEL	Tradutor Interpretre de Linguagem Sinais	Pedagogia	Especialista
KARINNE NAVES FAGUNDES FIGUEIREDO	Técnico em Assuntos Educacionais	Letras	Especialista
OSVALDO MARTINS CAPELANI	Tec. de Tecnologia da Informação	Técnico em Processamento de Dados	–
STEPHANIE SOMMERFELD de LARA	Enfermeira	Enfermagem	Especialista

Docentes na Sede, em São Vicente	Cargo	Formação	Titulação
EDIONE TEIXEIRA DE CARVALHO	PEBTT	Geografia	Doutora
FAGNER DA SILVA MARTINS LEÃO	PEBTT	Didática	Especialista
ISABELLA RIBEIRO DE FIGUEIREDO VIEIRA	PEBTT	Tecnologia de Alimentos	Mestrado
JACKSON PEREIRA JUNIOR	PEBTT	Matemática	Mestrado
JOÃO FELIPE ASSIS DE FREITAS	PEBTT	Português/Inglês	Mestrado
JOSÉ MARCIO NERONE LEITE	PEBTT	Letras	Mestrado
MARIANA SANTOS DE OLIVEIRA FIGUEREDO	PEBTT	Letras Hab.Português e Lit.Portuguesa	Especialista
MARLEIDE GUIMARÃES DE OLIVEIRA ARAUJO	PEBTT	Tecnólogo de Alimentos	Mestrado
MAURICIO BERNDT RAZEIRA	PEBTT	Educação Física	Mestrado
POLIANA FERNANDES DE ALMEIDA	PEBTT	Tecnologia de Alimentos	Doutora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS SÃO VICENTE
CENTRO DE REFERÊNCIA DE JACIARA

Técnicos em Jaciara	Cargo	Formação	Titulação
CRISTIANE PETERSEN	Assistente de Alunos	Direito	
GILSON SOARES DE ARAÚJO	Bibliotecário- Documentalista	Biblioteconomia	Especialista
EMILI MAGDA GRIGOLO DE OLIVEIRA	Assistente em Administração	Letras	-

Docentes em Jaciara	Cargo	Formação	Titulação
EDSON GOMES EVANGELISTA	PEBTT	Letras	Mestrado
GABRIEL ANTÔNIO OGAYA JOERKE	PEBTT	Pedagogia	Mestrado
JOIR BENEDITO PROENÇA DE AMORIM	PEBTT	Pedagogo	Mestrado
JORGE LUIZ DA SILVA	PEBTT	Tecnólogo de Alimentos	Mestrado
LEONE COVARI	PEBTT	Administração	Mestrado
ROSEILDO NUNES DA CRUZ	PEBTT	Matemática	Especialista



27. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Detalhamento das instalações e laboratórios, disponíveis em momentos de visitas técnicas, aulas práticas e desenvolvimento de atividades integradoras (Centro de Referência de Jaciara):

Infraestrutura do Centro de Referência de Jaciara

O curso terá início em prédio alugado, enquanto aguarda-se a viabilização do projeto de construção da sede própria que proporcionará melhores condições de trabalho e infraestrutura.

Descrição	Área (m ²)	Quantidade
Laboratório Multidisciplinar 2 (Física e Matemática) com instalações elétricas.	48,60	1
Laboratório de Informática	50,43	1
Sala de professores	50,43	1
Secretaria	28,00	1
Sala de aula	78,54	1
Biblioteca	61,56	1
TOTAL	317,56	6

Observações:

1. A sala de aula têm capacidade para 35 alunos;
2. Laboratório de química e biologia capacidade para 25 alunos; e
3. Laboratório de informática capacidade para 20 alunos.

27.1 Recursos tecnológicos e de audiovisual

O Centro de Referência de Jaciara utiliza os recursos tecnológicos nas atividades pedagógicas, contendo um Laboratório de Informática com acesso à internet e disponibilização de 20 terminais de acesso devidamente equipado com os sistemas operacionais necessários para a utilização pedagógica de recursos audiovisuais. Conta ainda com 06 (seis)



equipamentos de multimídia (DATASHOW) para apoio pedagógico a discentes e professores, e 04 (quatro) notebooks advindos do projeto “Ciranda da Esperança” utilizados em atividades acadêmicas por professores e discentes e seus trabalhos posteriores.

Através de parcerias com Prefeituras da região, os alunos poderão ter acesso também a creches, hospital, sociedade pestalose, PSFs e demais recursos e ambientes necessários à formação do Técnico em Ludoteca.

27.2 Sala de Reuniões

A área disponível para os docentes do Centro de Referência de Jaciara está localizada no pavilhão inferior medindo 28,3 m² e conta com mesas para os docentes, uma mesa de reuniões, armários pedagógicos e um terminal de computador com acesso à internet, bem como 04 (quatro) notebooks para o suporte docente com acesso wireless à internet, sendo que a mesma sala é também utilizada para as reuniões de Colegiado de Curso.

27.3 Setor de Registro Escolar

O Registro Escolar subordinado à Diretoria de Ensino está localizado no Centro de Referência de Jaciara, sendo vinculado ao Registro Escolar do *Campus* de São Vicente, tendo por finalidade o registro e controle acadêmico, emissão de diplomas, certificados, atestados, históricos dentre outras documentações pertinentes.

O mesmo está implantado na sala da secretaria medindo 22,1 m², onde além dos arquivos, mesas, cadeiras e demais utensílios de secretaria, se dispõe de terminais de computadores com acesso à internet para proporcionar o atendimento ao discente e a demanda documental expedida e recebida pelo Centro de Referência de Jaciara.

27.4 Outros ambientes

O curso está firmado em dois ambientes específicos. Um, institucional, no Centro de Referência de Jaciara e outro, no ambiente de prática profissional dos alunos.

No Centro de Referência de Jaciara serão realizadas as práticas de projeto e construção de protótipos de objetos pedagógicos úteis no desenvolvimento de atividades lúdicas, como artes, recreação, jogos, objetos, feitos com materiais de uso e de reuso. Para tanto o laboratório de ciências (oficina criativa) é equipado com ferramentas, instrumentos, equipamentos e mobiliários simples que permitem o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis na proposição de alternativas criativas. Cortar, furar, colar, lixar, prender, soldar (estanho), adesivar, pintar, pregar, parafusar e outros trabalhos semelhantes encontram no laboratório de ciências um local de desenvolvimento e testes.

Complementarmente, a opção de oferta do curso em parceria com órgãos ou entidades da administração pública direta, autárquica ou fundacional, subsidiará a construção de um Plano de Trabalho que delimite detalhadamente o uso compartilhado de ambientes educativos para execução do objeto da parceria. Concisamente, temos que o Instituto Federal deve disponibilizar a Biblioteca do *Campus* São Vicente, concomitantemente com a Biblioteca do Centro de Referência de Campo Verde e, precipuamente, a Biblioteca do Centro de Referência de Jaciara, onde foram buscadas grande parte da Bibliografia Básica e Complementar indicada no ementário. Pelo suporte aos cursos já existentes, a Biblioteca em Jaciara conta com acervo



adequado para consulta e empréstimo aos alunos. Complementarmente, Bibliotecas Públicas podem disponibilizar seu acervo para consultas pelos alunos e docentes.

A prática profissional prevista para os alunos no Curso Técnico em Ludoteca se desenvolverá no ambiente de trabalho onde já desenvolvem suas atividades laborais diárias.

Para práticas em tecnologias da informação e suporte aos demais componentes curriculares, o Centro de Referência disponibiliza laboratório de informática com computadores e acesso à internet necessária à pesquisa e ao desenvolvimento das situações de ensino-aprendizagem.

As salas de aula com mobiliário adequado e recursos multimídias para alunos e professores também poderão ser disponibilizados aos alunos e professores durante todo o curso.

Outros ambientes ainda, como brinquedoteca, áreas de convivência dentre outros, existentes na estrutura do Município, podem ser disponibilizados para uso durante o curso pelos instrumentos legais de suporte.

Detalhamento das instalações e laboratórios, disponíveis em momentos de visitas técnicas, aulas práticas e desenvolvimento de atividades integradoras (sede):

Local	Equipamentos/Instalações
Laboratório de pesquisa de alimentos	Apresenta edificação prismática, com 01 banheiro com chuveiro, 10 salas, 04 estufas, 01 mufla, 01 purificador e destilador de água, 01 bancada, 01 banho maria, 01 densímetro, 02 pH-metros, 01 espectrofotômetro, 01 ultrassom, 03 refratômetro, 02 fogões, 01 micro-ondas, 01 forno elétrico, 053 chapas aquecedoras, 01 fluxo laminar, 01 capela, 02 moedor de carne, 01 liquidificador, 01 batedeira, 01 cilindro para massas, 03 geladeiras, 03 freezer, 04 pias, 02 pontos de mangueira com água, 01 autoclave, 02 balanças de 15 quilos, 01 balança analítica, 01 embaladora a vácuo, 04 microscópios e 03 computadores.
Laboratório multidisciplinar	Apresenta edificação, com parte físico química e microbiologia. Possui 02 banheiros, 01 chuveiro, 03 almoxarifados, 03 bancadas com instalações de tomadas, 06 pias, 02 quadros brancos, 02 estufas de circulação, 01 estufa microbiológica, 02 estufas simples, 01 incubadora, 01 autoclave, 03 capelas de exaustão, 01 geladeira, 02 freezers, 01 moinho de facas, 02 mufla, 02 destilador de nitrogênio, 02 extrator de lipídeos, 01 banho maria, 05 chapas aquecedoras, 03 balanças analíticas, 02 computador, 25 microscópios, 02 pHmetros, 01 centrífuga, 01 colorímetro, 05 mantas aquecedoras e 03 blocos digestores. Uma mesa agitadora, 02 destiladores de água, 01 deionizador de água.



Biblioteca	Apresenta edificação com, recepção com computador, guarda-volume, entrada com sensor para controle de acervo, 02 divisórias para escritório com 02 computadores, 18 terminais de estudo individuais, 15 terminais para consulta a internet, 32 títulos de periódicos, 14 mesas de estudo com 04 cadeiras, 14200 volumes de livros, 6715 títulos de periódicos. No saguão da biblioteca possui 01 bebedouro, 02 banheiros feminino e masculino, em frente ao saguão 01 auditório com 250 lugares, 02 camarins com 01 banheiro.
Salas de aulas no bloco central da administração	Apresenta uma edificação, possuindo 6 Salas climatizadas, sendo que, em cada sala possui quadro branco, projetor multimídia e caixa de som fixas. Neste bloco possui pátio e passarela ao lado das salas de aula, 01 auditório climatizado com 65 lugares, 02 banheiros cada um com 03 divisórias, 01 bebedouro de água. No bloco do Cento de Educação Permanente (CEP) possui 5 salas sendo um laboratório de informática contendo 20 computadores, quadro branco, laboratório de linguagem, música e arte, 01 auditório 60 lugares sendo todos climatizados. Externo ao bloco central existe infraestrutura pedagógica como, 01 quadra poliesportiva, 01 ginásio poliesportivo, 01 campo society, 01 vestiário feminino e masculino e rede de internet wi-fi em 80% do espaço físico pedagógico.
No bloco administrativo	A edificação é contígua ao saguão de entrada, com secretária de registro com 02 ambientes, sala de protocolo, 01 sala de reuniões, departamento de ensino possui 02 salas, departamento de pesquisa 02 salas, 01 sala de audiovisual, departamento de ensino médio e técnico 01 sala, departamento de graduação e pós-graduação com 02 salas , coordenação de ensino médio e técnico e orientação pedagógica contem 02 salas, 03 salas no departamento de administração e planejamento, 01 sala no departamento de administração financeira, 03 salas na diretoria-geral, 01 sala onde funciona o banco cooperativa, 01 copa , 02 banheiros masculino e feminino, na coordenação de informática possui 03 salas, coordenação de gestão de pessoas. Na parte superior da edificação possui um salão para reuniões, coordenação de licitação e sala de professores com cozinha, banheiro feminino e masculino. Outras edificações administrativas que não são contígua ao saguão, estando em outro prédio que são, coordenação de estágio e emprego que apresenta 02 salas, 02 banheiros feminino e masculino e a coordenação e ambulatório de saúde, possuindo 03 salas para os primeiros atendimento, 01 banheiro, 02 computadores, geladeira e 01 pia.
Restaurante e cozinha	São acopladas e apresenta edificação com, salas individuais para o preparo de saladas, de carnes e frios e massas. 02 vestiários e banheiros masculino e feminino, 01 dispensa para guarda de alimentos, 01 escritório, 01 computador e 01 bebedor.



27.5 Laboratórios didáticos

Complementarmente, o Curso terá suporte dos Laboratórios já existentes na sede do *Campus São Vicente* (distante a 55 km de Jaciara, em área rural) que conta dentre outros com a seguinte infraestrutura de laboratórios de apoio didático aos cursos de ensino médio técnico integrado e superiores, de acordo com o PDI 2014-2018.

- Laboratórios de informática, formados por 04 (quatro) salas contendo, cada uma, 06 bancadas, 18 computadores, um servidor (computador controlador da rede), uma escrivaninha com cadeira para professor e 36 cadeiras para os discentes;
- Laboratório de análises sensoriais, equipado com bancadas e iluminação adequada;
- Laboratórios de Ensino por áreas gerais montados e em funcionamento
- Laboratório de Matemática
- Laboratório de Física
- Laboratório de Informática

28. BIBLIOTECA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE JACIARA

A extensão da Biblioteca no Centro de Referência de Jaciara conta com um espaço físico de 61,56m², sendo que o seu acervo, destinado a atender às necessidades do curso e da comunidade em geral, está sendo adquirido aos poucos; sendo composto por diversos tipos de materiais bibliográficos: Livros; Periódicos, Revistas e CDs, bem como de outros formatos que disponibilizem informações, cujos assuntos contemplam as mais diversas áreas do conhecimento humano, destinados a suprir as necessidades do curso ofertado. A biblioteca conta ainda com um servidor que trabalha em um terminal de computador específico para atender à demanda da comunidade acadêmica e organizar o acervo, bem como os processos de empréstimo, devolução e usufruto pelos discentes e docentes do espaço, também possui 5 (cinco) terminais de computador, sendo um exclusivo para renovações e consultas ao acervo e 4 (quatro) para os usuários da biblioteca desenvolverem suas atividades acadêmicas, todos com acesso à internet.

Para auxiliar nos processos de organização da biblioteca dispomos de uma vaga de estágio, sendo preenchida preferencialmente por acadêmicos em formação específica no curso de Biblioteconomia, tendo seu trabalho desenvolvido sobre supervisão do Bibliotecário. O acervo bibliográfico contém volumes de todas as áreas do conhecimento e estão distribuídos conforme tabela abaixo:



Área de Conhecimento	Quantidade de exemplares
Ciências Agrárias	122
Ciências Biológicas	542
Ciências exatas e da terra	775
Ciências humanas	1450
Ciências da Saúde	98
Ciências sociais aplicadas	386
Engenharias	78
Linguística, letra e arte	550

Adjuntamente, a biblioteca gerencia a GIBITECA, espaço de compartilhamento e leitura de Gibis aberto a alunos e comunidade. Atualmente, conta com acervo de 300 exemplares, composto por doações e aquisições em Sebos.

29. BIBLIOTECA CENTRAL DO *CAMPUS* SÃO VICENTE

Para atender a demanda por informação dos profissionais em formação do *Campus* São Vicente, há uma Biblioteca Central que funciona como suporte da Instituição aos Centros de Referência, promovendo e incentivando a leitura e a pesquisa.

A biblioteca é de caráter escolar, fornecendo também, suporte aos docentes e discentes dos cursos de nível médio e superior, bem como cursos de pós-graduação. Seu acervo é composto por diversos tipos de materiais bibliográficos: Livros; Periódicos, CDs e CD-ROM bem como de outros formatos que disponibilizem informações, cujos assuntos contemplam as mais diversas áreas do conhecimento humano, tanto da Base Nacional Comum como do Eixo Profissionalizante destinados a suprir as necessidades dos cursos de Licenciatura ofertados no Centro de Referência, proporcionando significativa sinergia de conteúdos e acervo. O acervo da Biblioteca central contém, para o atendimento dos cursos da sede do *Campus* São Vicente, 32 títulos de periódicos, 14 mesas de estudo com 04 cadeiras, 14200 volumes de livros e 6715 títulos de periódicos. O acervo bibliográfico contém volumes de todas as áreas do conhecimento e estão distribuídos conforme tabela abaixo:



Área de Conhecimento	Quantidade de exemplares
Ciências Agrárias	5428
Ciências Biológicas	907
Ciências exatas e da terra	1306
Ciências humanas	2063
Ciências da Saúde	304
Ciências sociais aplicadas	1658
Engenharias	369
Linguística, letra e arte	2559

Cabe ressaltar que todas as referências bibliográficas indicadas nas ementas do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Ludoteca Subsequente ao Nível Médio já constam no acervo das Bibliotecas do *Campus*. Com a aprovação da oferta do curso, iniciará a alocação de parte do acervo para a biblioteca do Centro de Referência em Jaciara, além de processos licitatórios no sentido de ampliação e atualização contínua do acervo em Jaciara.

A gerência da biblioteca é exercida por um profissional formado em Biblioteconomia auxiliado por servidores técnico-administrativos e estagiários e, sendo a biblioteca um órgão de apoio acadêmico, ligado à Direção de Ensino, deve ser dirigida em conformidade com a política de ensino da instituição.

O horário de funcionamento da Biblioteca estende-se por toda a jornada de funcionamento do *Campus*, inclusive nos finais de semana. A biblioteca funciona das 8h às 11h30, das 13h às 17h e das 19h às 22h de segunda a sexta-feira. Aos sábados funciona das 8h às 11h30 e das 13h às 17h nos domingos e feriados, das 14h às 17h.

O prédio da biblioteca no *Campus* São Vicente possui 400 m², contemplando os seguintes setores: acervo; setor multimídia (com 20 microcomputadores para acesso dos usuários); espaço para estudo em grupo e individual; setor de recepção, empréstimo e devolução de materiais; sala de processamento técnico e um auditório.



30. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 – Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, destacando os artigos 3º e 4º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 17 fev 2016.

_____. Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004 – Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 26 fev 2016.

_____. Lei nº 11.741/08, de 16 de julho de 2008. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 18 nov 2015.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 19 nov 2015.

_____. [Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008](#). Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 23 nov 2015.

_____. [Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016](#). Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm Acesso em: 06 jun 2016.

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica – Resolução 01, de 05 de julho de 2000. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao_CNE_CEB_01_2000.pdf. Acesso em: 23 fev 2016.

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica – Resolução 01, de 05 de dezembro de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?>



[option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em: 17 fev 2016.

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica – Resolução 06, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 fev 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)*. Brasília: MEC, 2000.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. CONSELHO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 023/2011. Cuiabá: IFMT, 2011.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023). Cuiabá: IFMT, 2018.

_____. Organização Didática do Instituto Federal de Mato Grosso, 2014. Cuiabá: IFMT, 2014.

DYTZ, Jane Lynn Garrison; CRISTO, Rosilane de Carvalho. A LUDOTECA COMO ESPAÇO PARA UMA NOVA ABORDAGEM DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE. R. bras. Enferm. Brasília, v. 48, n. 2, p. 134-139, abr./jun. 1995.



ANEXO I

FICHA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA (PPI) CURSO TÉCNICO EM LUDOTECA

Nome do estudante: _____ Matrícula: _____

Disciplina da prática profissional: _____ Semestre: _____

Docente responsável: _____ Ano letivo: _____

Local de realização da PPI: _____

Dia/Mês	CH/dia	Horário de início e término		Atividades realizadas	Assinatura do estudante

CH = carga horária por dia

Essa ficha de frequência deve ser manuscrita, assinada e entregue junto ao portfólio.

Jaciara-MT, de _____ de 20__.

Assinatura/carimbo do
responsável pelo local da PPI

Assinatura do docente responsável/IFMT

Assinatura/carimbo da Coordenação de Curso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS SÃO VICENTE
CENTRO DE REFERÊNCIA DE JACIARA



ANEXO II

REGIMENTO INTERNO UNIFICADO DE COLEGIADOS DE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO *CAMPUS* SÃO VICENTE

**Vila de São Vicente-MT
2019**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS SÃO VICENTE
CENTRO DE REFERÊNCIA DE JACIARA



Reitor do Instituto Federal de Mato Grosso

Willian Silva de Paula

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Túlio Marcel Rufino Vasconcelos de Figueiredo

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

João Germano Rosinke

Pró-Reitor de Ensino

Carlos André de Oliveira Câmara

Pró-Reitor de Extensão

Marcus Vinícius Taques de Arruda

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Wander Miguel de Barros

Diretora de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino

Marilane Alves Costa

Diretora do Ensino Médio da Pró-Reitoria de Ensino

Maria Anunciata Fernandes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS SÃO VICENTE
CENTRO DE REFERÊNCIA DE JACIARA



Diretor-Geral do *campus* São Vicente

Lívio dos Santos Wogel

Diretora de Ensino

Gislene Cardoso de Souza

Comissão de Elaboração do Regimento

Portaria nº 069 de 04 de abril de 2018

Daniela Fernandes da Silva

Gislene Cardoso de Souza

Joir Benedito Proença de Amorim

Karinne Naves Fagundes Figueiredo

Rodrigo Pereira



REGIMENTO INTERNO UNIFICADO DE COLEGIADOS DE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO IFMT CAMPUS SÃO VICENTE

Estabelece as finalidades, a composição, as atribuições e o funcionamento dos Colegiados de Cursos Técnicos de Nível Médio, ofertados pelo IFMT campus São Vicente.

TÍTULO I DAS FINALIDADES

Art. 1º. Os Colegiados de Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Mato Grosso campus São Vicente, definidos nos art. 48 e art. 49 da Resolução nº 104 que instituiu a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, aprovada pelo CONSUP em 15 de dezembro de 2014, são definidos como órgãos responsáveis pela coordenação didática dos componentes curriculares constituintes do projeto pedagógico do curso, devendo ser formado por docentes, discentes e técnicos administrativos, com função consultiva, normativa, deliberativa e de planejamento acadêmico do ensino, com composição, competências e funcionamento definidos e disciplinados em Regimento Interno Específico do Colegiado.

TÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. De acordo com o art. 51 da Organização Didática do IFMT, os Colegiados de Cursos serão constituídos por:

- I. Presidente, que será o Coordenador de Curso.
- II. O corpo docente do curso, em efetivo exercício.
- III. Representante eleito do corpo discente do curso.
- IV. Representante do corpo técnico, especialista em assuntos pedagógicos, indicado pela Direção de Ensino/Chefia de Departamento.



Seção I

Da Representação Docente e Técnico- Administrativo

Art. 3º. Os docentes em efetivo exercício serão designados mediante portaria expedida semestralmente pela Direção-Geral após atribuição de aulas.

Parágrafo único: Perde imediatamente o mandato o membro do Colegiado que deixar de integrar o quadro docente do curso ou estiver afastado da Instituição para qualificação, capacitação e licenças.

Art. 4º. O representante do corpo técnico, especialista em assuntos pedagógicos, será designado pela Direção de Ensino/Chefia de Departamento mediante portaria expedida pela Direção-Geral, podendo ser substituído no decorrer do semestre.

Parágrafo único: Perde imediatamente o mandato o representante do corpo técnico que deixar de integrar o quadro de servidores do campus ou estiver afastado da Instituição para qualificação, capacitação e licenças.

Seção II

Da Representação Discente

Art. 5º. A representação discente em Colegiado de Curso será definida em processo eleitoral, podendo se candidatar os estudantes regularmente matriculados no curso.

§ 1º O representante discente deverá ser eleito por processo eleitoral conduzido pelo Colegiado de Curso e com participação da entidade representativa discente (Grêmio Estudantil), devendo ser eleito um representante discente e um suplente.

I – Será nomeado representante discente o candidato mais votado, e o segundo candidato mais votado suplente.

II – O mandato do representante discente será de 02 (dois) anos letivos, não podendo ser reeleito para mais 01 (um) mandato.

III – Perde imediatamente o mandato o discente que se desligar do curso ou estiver em mobilidade acadêmica.

§ 2º Após composição, o Colegiado terá 45 (quarenta e cinco dias) dias para a execução e finalização do processo de eleição do representante discente.

I – O edital de processo eleitoral deverá ser publicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do início das inscrições, nos murais e no endereço eletrônico oficial do campus.



II – O processo eleitoral deverá ser registrado em ata, bem como seus procedimentos e resultados.

§ 3º. De acordo com o art. 53 da Organização Didática do IFMT, os discentes representantes de turma poderão participar das reuniões do Colegiado de Curso em que houver questões relativas a fatos que envolvam a turma para qual o/a discente exerce representação e que demandam análise e deliberação.

Art. 6º. Quando da criação de um novo Colegiado, o representante discente e o suplente serão designados em portaria expedida pela Direção-Geral.

TÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO

Art. 7º. São atribuições do Colegiado de Curso:

- I. Estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso.
- II. Elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações e submetê-los a apreciação das instâncias superiores.
- III. Avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, sugerindo alterações quando necessárias.
- IV. Emitir pareceres em processos de ensino solicitados pela Coordenação de curso.
- V. Propor medidas que visem o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das atividades escolares, quando submetidos à apreciação do Colegiado ou por iniciativa própria.
- VI. Constituir comissões específicas para o estudo de assunto e/ou procedimentos relativos as competências do Colegiado de Curso.
- VII. Deliberar sobre quaisquer situações omissas neste Regimento e que refiram-se ao curso, desde que não estejam recepcionadas em outro Regulamento e/ou Legislação.

TÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO COLEGIADO

Art. 8º. São atribuições do Presidente do Colegiado de Curso:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade.
- II. Representar o Colegiado junto aos outros órgãos da instituição.
- III. Executar as deliberações do Colegiado.



IV. Supervisionar o cumprimento do currículo do curso e demais exigências necessárias à conclusão de curso.

V. Encaminhar os processos para apreciação e deliberação do Colegiado, desde que respeitada a competência deste órgão.

VI. Acompanhar e tomar ciência em casos de transferência do curso, desligamentos, evasão, retenções e outras situações que comprometam o desenvolvimento escolar.

VII. Deliberar sobre o desligamento de membros do Colegiado de curso, bem como o seu retorno ao Colegiado.

TÍTULO V DAS REUNIÕES

Art. 09º. O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por bimestre, conforme calendário do curso, por convocação do Presidente, ou extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente ou por 50% (cinquenta por cento) de seus membros.

§ 1º As convocações para as reuniões serão feitas por escrito e enviadas por meio de e-mail institucional dos membros servidores e e-mail pessoal do membro discente, constando a pauta dos assuntos com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis para as reuniões ordinárias e de 02 (dois) dias úteis para as reuniões extraordinárias.

§ 2º Em caso de excepcionalidade, a inserção de pauta que não conste em convocação poderá ser realizada em reunião, justificando-se a medida no início da reunião e sob votação do Colegiado.

§ 3º As sessões somente serão abertas com a presença de 30% (trinta por cento) de seus membros, após duas chamadas com o intervalo de 15 (quinze) minutos.

§ 4º A necessidade de ausência na reunião, por quaisquer de seus membros, deverá ser justificada por escrito antecipadamente ao Presidente do Colegiado que será apresentada no início da sessão para que os membros presentes tomem ciência, devendo a ausência ser constada em ata.

§ 5º Por motivo de interesse público, conveniência da administração ou desenvolvimento do processo educacional, o Colegiado de Curso poderá ser convocado pelo Presidente ou hierarquia superior para participação em reunião que será de caráter obrigatório.

Art. 10º. O comparecimento dos membros do Colegiado às reuniões é de caráter obrigatório.



§ 1º A ausência do Presidente do Colegiado de Curso em reunião sob sua convocação implicará em anulação da reunião, podendo os membros presentes, mínimo de 50% (cinquenta por cento), realizar nova convocação.

§ 2º Não será configurada a ausência do representante discente quando este for substituído pelo membro discente suplente.

§ 3º Quando se tratar do membro representante discente, haverá perda de mandato quando houver a ausência, sem justificativa, em duas reuniões consecutivas ou quatro reuniões alternadas.

§ 4º Quando se tratar dos membros docentes e técnico-administrativo, a ausência em duas reuniões consecutivas ou quatro reuniões alternadas sem justificativa, caberá ao Presidente do Colegiado comunicar à Diretoria de Ensino, assim como tomar as providências cabíveis, considerando as atribuições do Colegiado.

Art. 11º. As deliberações serão tomadas por votação e decididas pelos votos da maioria simples de membros presentes em sessões oficialmente abertas.

Parágrafo único: Nenhum membro do Colegiado poderá recusar-se a votar.

Art. 12º. Das sessões serão lavradas atas que deverão ser lidas, aprovadas e assinadas na reunião seguinte.

Parágrafo único: As atas das sessões do Colegiado de Curso serão lavradas por um secretário *ad hoc*, designado dentre os membros do Colegiado, devendo nelas constar as deliberações e pareceres emitidos, serão arquivadas na Coordenação do Curso e, quando solicitadas mediante requerimento por escrito, disponibilizadas para os membros do Colegiado.

Art. 13º. Declarada aberta a reunião do Colegiado de Curso, proceder-se-á a leitura e discussão da ata da reunião anterior e não havendo emendas ou impugnação, a mesma será considerada aprovada e deverá ser assinada por todos os membros que estiveram presentes na reunião em que ocorreram as deliberações da ata lida.

Art. 14º. Toda a documentação do Colegiado será processada e arquivada na respectiva Coordenação de Curso.

Art. 15º. Todos os documentos gerados ou arquivados pelo Colegiado serão de livre acesso ao público desde que se faça solicitação por escrito ao presidente do Colegiado de Curso.



TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º. Este Regimento poderá ser revisto, no todo ou em parte, por determinação da Direção-Geral, por solicitação da Direção de Ensino/Departamento de Ensino, do Colegiado de Curso ou qualquer membro da comunidade escolar, desde que devidamente fundamentada e aceite pela Direção-Geral.

§ 1º Cada Colegiado de Curso deverá elaborar proposta de revisão deste Regimento a cada 03 (três) anos e submeter a apreciação da Direção-Geral.

§ 2º Os casos omissos serão resolvidos pela Direção-Geral, Direção de Ensino/Departamento de Ensino e Colegiados de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Art. 17º. A qualquer tempo, a Direção-Geral poderá modificar ou revogar o presente Regimento por motivo de interesse público, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 18º. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Vila de São Vicente-MT, 28 de maio de 2019.